

Revista da  
Reitoria  
da Universidade  
de Coimbra

Número 31  
Trimestral  
Fevereiro  
2011

[www.uc.pt/rualarga](http://www.uc.pt/rualarga)  
[rualarga@ci.uc.pt](mailto:rualarga@ci.uc.pt)



# RUA LARGA



PROPRIEDADE Universidade de Coimbra  
DIRECTOR Fernando Seabra Santos  
DIRECTOR-ADJUNTO José António Bandeirinha  
EDITORES Marta Poiares e Pedro Dias da Silva  
DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM António Barros  
FOTOGRAFIA João Armando Ribeiro  
INFOGRAFIA Sérgio Brito e Sérgio Temido  
[ DIIC - Divisão de Identidade, Imagem e Comunicação ]  
PRODUÇÃO Lígia Ferreira e Luísa Lopes  
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA Ilídio Barbosa Pereira  
EDIÇÃO DIIC - Divisão de Identidade, Imagem e Comunicação  
Colégio S. Jerónimo, 2.º Piso, Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra  
IMPRESSÃO Gráfica Maiadouro, S.A.  
TIRAGEM 3.200 ex.  
ISSN 1645-765x • Anotado no ICS  
CAPA Manoel Barbosa • *Froolm* • Line Up Action  
[www.uc.pt/rualarga](http://www.uc.pt/rualarga)  
Tel. 239 859 823  
PONTOS DE VENDA  
Loja UC e Artefólio/ Livraria de Bolso • TAGV

## REITORIA EM MOVIMENTO

- O trinta e dois* - Fernando Seabra Santos • 06  
*Lição pessoal* - Cristina Robalo Cordeiro • 08  
*Derrubar fronteiras* - António Gomes Martins • 10  
*À procura de um tempo fértil* - Henrique Madeira • 12  
*O tempo* - Raimundo Mendes da Silva • 14  
*Universidade, extensão e cultura* - José António Bandeirinha • 16  
*Visão em Movimento* - Margarida Mano • 18  
*O posicionamento do BIOMED III na Inovação em Saúde* - Fernando Guerra • 20

## OFICINA DOS SABERES

### ACTUAL

- Festival Line Up Action* – Fernando Matos Oliveira • 23

### IMPRESSÕES

- Ciência da Educação* – Luís Alcoforado • 30  
*Património Mundial de Origem Portuguesa (WHPO)* – José Aguiar e Ana Paula Amendoeira • 32

### RIBALTA

- Novo Conservatório de Música de Coimbra* – Manuel Rocha • 35

### CIÊNCIA REFLECTIDA

- Azulejos com História* – Carlota Simões • 38

## AO LARGO

### ENTREVISTA

- Reitor da UC Fernando Seabra Santos* - Marta Poiares e Pedro Dias da Silva • 43

### RETRATO DE CORPO INTEIRO

- Nuno Cardoso* - Marta Poiares • 51

### CRIAÇÃO LITERÁRIA

- 1º Jardim-Escola João de Deus de Coimbra: “Coisas” de Ciência em 1912* – António Piedade • 54

### LUGAR DOS LIVROS

## ESPAÇO DAS ESCOLAS

- Colégio das Artes* – Jorge Figueira • 59

## TEMAS

### TEMA - REINVENTAR A CIDADE

- Reinventar a Cidade* – José António Bandeirinha • 66  
*Um novo vazio urbano?* - Carlos Fortuna • 68  
*Pode Coimbra reinventar-se?* - Nuno Grande • 72









Reitoria em Movimento



# O trinta e dois

Fernando Seabra Santos \*

Não, não é engano! É que de tanto praticar, se me tornou um hábito e uma necessidade olhar mais para a frente e falar do trinta e dois quando se esperaria que falasse ainda do trinta e um e de como ele encerra uma série e um ciclo de vida da Revista *Rua Larga*. De como a Universidade deve estar grata a quantos contribuíram para que ela atingisse o patamar de qualidade que unanimemente lhe é reconhecida e a fazer dela uma referência nacional das publicações centrais das universidades portuguesas. De como, à cabeça do projecto, já que a direcção que me coube o foi apenas no sentido nominal, é justo relevar o trabalho e a competência dos dois Pró-Reitores que asseguraram os bons resultados alcançados e a quem, por isso, são devidos todos os elogios: os doutores João Gouveia Monteiro e José António Bandeirinha.

Como em todos os restantes números, também a saída deste se dá num momento em que o próximo, pelo menos o próximo, já se encontra praticamente todo programado. E não me competindo aqui desvendar segredos do trinta e dois, muito menos revelar quem vai assinar o seu editorial, sempre direi que será centrado na cultura, ancorado numa relação que se deseja harmoniosa entre o passado e o futuro e que, constituindo um elo de ligação entre a Reitoria e a Universidade, fará justiça e dará divulgação às diversas actividades desenvolvidas, à concretização dos projectos iniciados, bem como às novas ideias e aos novos sonhos que alimentarão a sua juventude e darão corpo à sua vontade de futuro.

No seu primeiro número, a *Rua Larga* era definida como “a revista que a Reitoria da Universidade de Coimbra agora coloca à disposição e à apreciação da comunidade universitária. Símbolo da zona nobre do seu espaço físico, lugar de confluência de pessoas e de ideias, laço entre a secular corporação e a cidade que a envolve, *Rua Larga* pretende ser, simultaneamente, arauto e espelho de uma Universidade renovada, aberta aos desafios do tempo e marcada por uma incessante procura de qualidade”.

Assim foi. Assim será.

\* Reitor da Universidade de Coimbra





# Lição pessoal

Cristina Robalo Cordeiro \*

Uma das mais preciosas lições que retirei dos meus anos de experiência no domínio da política universitária internacional veio ao mesmo tempo confirmar e corrigir o que havia aprendido nos meus estudos literários. Paradoxalmente talvez (pelo menos na perspectiva dos que ignoram o impacto do estruturalismo nas Humanidades), a narratologia preparara-me bastante bem para entrar no mundo abstracto das redes e dos intercâmbios.

Ao escolher alguém de “Letras” para lhe confiar a delegação da diplomacia na Universidade de Coimbra, Fernando Seabra Santos não imaginava que a minha aprendizagem formalista me permitiria compreender de imediato um sistema que funcionava à maneira de uma narrativa, com as suas regras de permutação, as suas invariantes, as suas instâncias de enunciação (para não referir os seus nós e as suas intrigas). E, de facto, a metodologia estrutural dispunha-me a ver, antes de mais, no complexo universo das relações internacionais um jogo combinatório onde, segundo o adágio latino de um célebre e severo teórico, *de personis non curandum est*.

Mas esta visão quase algébrica (e não completamente inexacta) das convenções e dos programas internacionais foi obrigada, sob o efeito dos contactos e dos encontros, a ceder o lugar no meu espírito a uma concepção muito diferente. Aprendi, com a experiência, que as redes tanto quanto os textos (ambos igualmente tecidos) são mais do que dispositivos mecânicos que produzem sentido independentemente das consciências e das vontades humanas.

Só as pessoas e as relações interpessoais conferem significação e valor às estruturas. E não as pessoas em geral, mas sim aquelas pessoas, sempre singulares e insubstituíveis. Na prática das relações internacionais, um personalismo absoluto tomou o lugar do estruturalismo da minha formação primeira. Se uma boa gestão administrativa pode gerar o prazer intelectual que uma máquina perfeita oferece, só as pessoas podem dar-nos alegria. E, quando desaparecem, apercebemo-nos com tristeza de que, contrariamente às peças de um qualquer aparelho, elas eram únicas. As relações internacionais foram para mim a melhor escola de humanidade.

\* Vice-Reitora da Universidade de Coimbra





# Derrubar fronteiras

A. Gomes Martins \*

Parece uma interpretação criativa do *Imagine* do John Lennon mas não é. É o traço mais depurado que encontro para caracterizar a actividade que ajudei a desenvolver na Reitoria ao longo dos últimos anos.

A ideia de uma Universidade diversa e una, multifacetada e inteligente, resistente e criativa, racional e afectiva, convocou sistematicamente o derrube de fronteiras, em dois planos:

- no plano das pequenas identidades que sempre vão nascendo: abolindo horizontes curtos, desconfianças de vizinhos e receios do todo - cada parte da Universidade só tem dimensão como Universidade. A diversidade interna faz a riqueza da Universidade, capacita-a perante o mundo, se ela se afirmar como uma;
- no plano dos cruzamentos entre as partes, da abertura ao não experimentado, da inovação permanente - nos campos científico, do ensino, da informação, da gestão.

Porque se derrubaram fronteiras, nos dois planos, por exemplo:

- somos hoje a 10.<sup>a</sup> universidade europeia no ranking da visibilidade mediática na internet (36.<sup>a</sup> mundial);
- sedimentou-se a prática dos serviços web para apoiar o ensino (primeiro WoC, depois NONIO);
- temos integrados e uniformizados os procedimentos de gestão do acervo bibliográfico e dos respectivos serviços, temos menos bibliotecas e no futuro teremos menos ainda, aumentando a qualidade;
- estamos no top 3 dos repositórios científicos nacionais de acesso aberto;
- temos regulamentos transversais a toda a Universidade para as áreas académica, de recursos humanos, de gestão financeira, de gestão de projectos;
- estamos a integrar como membros plenos da comunidade científica da Universidade todos os trabalhadores científicos das Unidades de I&D de natureza privada que não têm contrato com a universidade;
- temos um modelo claro e preciso para a promoção de ciência interdisciplinar;
- temos uma administração que se racionaliza, se humaniza, se submete ao escrutínio, se moderniza aceleradamente;
- ...

Derrubar fronteiras é uma actividade incessante e inerentemente dialéctica. Se cessasse, a universidade estiolava num ápice. Por isso, não cessará.

\* Vice-Reitor da Universidade de Coimbra





# À procura de um tempo fértil

Henrique Madeira \*

Dizer, em jeito de balanço, que um ano e quatro meses como vice-reitor da Universidade de Coimbra (UC) foi “um espaço útil, um tempo fértil” seria elogio em causa própria ou, pior, puro narcisismo. O balanço que verdadeiramente interessa à UC requer o olhar distanciado de terceiros. Deixemo-lo, por isso, para terceiros.

Não sendo este o espaço, nem talvez o tempo, nem seguramente a pessoa certa para balanços, permite-me, no entanto, afirmar que acredito no futuro da UC. Acredito numa UC moderna, múltipla, culta, inovadora, criativa, que se afirma apenas pela qualidade e pela competência, sabendo que estas só podem ser atestadas quando se olha sem pejo para o que de melhor se faz no mundo, que é o verdadeiro sentido da palavra internacionalização. O nosso passado, que muito nos orgulha, só nos responsabiliza e só nos impele para essa busca de modernidade; nada mais nos garante.

Acredito numa UC que reconhece a importância da discussão aberta dos (seus) problemas mais complexos, de forma transparente e participada, no verdadeiro espírito universitário. Acredito numa UC que sabe que a criação de conhecimento e que a cultura devem ser valorizados, e que a procura dessa valorização é uma tarefa nossa, que nos liga à sociedade, à cidade e ao mundo.

Acredito numa UC que reconhece que precisa de se conhecer melhor a si própria para derrotar maniqueísmos que teimam em nos travar o passo, e que esse conhecimento de nós mesmos se faz afinal com instrumentos muito simples. Exactamente os mesmos com que nos damos a conhecer ao mundo.

\* Vice-Reitor da Universidade de Coimbra





# O tempo

J. A. Raimundo Mendes da Silva \*

O tempo é o suporte da evolução e o pano de fundo da nossa vida, em simultâneo tão simples (e imperturbável na sua cadência contínua e infinita) e tão complexo na sua repercussão sobre os seres e sobre as coisas.

Fecha-se agora um ciclo de vida, um ciclo de projectos dos quais o tempo que passou é a melhor testemunha, e o tempo que virá o melhor avaliador. O tempo presente interessa sempre pouco, praticamente não existe, é apenas o momento em que se revê o que está feito e se impulsiona o que se quer fazer.

Recentemente, por motivos académicos, foi preciso descrever de forma resumida a minha actividade na Reitoria nos últimos anos, o que acabou por ser feito sob o título “Dez anos: vinte projectos. Exemplos de um percurso de criação de sinergias entre o ensino, a investigação, a tecnologia e a gestão”. O tempo encarregou-se de ajudar nesta descrição e também na sua desactualização. Coexistem acções e projectos de importância pontual com outros que vieram a perdurar. Nalguns, a cronologia é um factor importante e um simples “antes” ou “depois” transformam o mau em bom, ou vice-versa. Noutros não. Que interessa saber quantos anos tem o Arquivo Automático? Que interessa saber em que ano foi feito o restauro da Torre e a criação de um estaleiro pedagógico? Existem e estão ao nosso serviço, por tempo indeterminado, e isso é o mais importante.

Mas talvez interesse saber quanto tempo demoraram a executar os primeiros planos de emergência e, sobretudo, quanto tempo demorará o seu alargamento a toda a Universidade. Também interessará saber como tem evoluído – no tempo – o consumo de energia. Daqui a alguns anos não interessará saber em que ano se fez a Candidatura à UNESCO, mas sim se teve sucesso na projecção da imagem da Universidade e na melhoria da sua auto-estima e das vivências dos que aqui trabalham ou dos que nos visitam.

Num ciclo, num círculo ou num circo, todas as peças são importantes e só o conjunto é que faz sentido. Sem princípio, meio e fim, ou sem centro ou circunferência ou sem palhaços ou sem trapézio, temos apenas amostras, não a peça completa. Tão importantes são os dias de festa e espectáculo, onde sobressaem as lantejoulas, como os dias de suporte, de treino, de montagem e desmontagem, num ciclo do circo sempre igual e sempre diferente, transportado agora para os mega palcos dos concertos que arrastam multidões e não muito distante da agitação e das incógnitas do futuro universitário.

A segurança, o ambiente, os edifícios, o património e a relação com a cidade são pontos deste círculo, imprescindíveis para a vida da Universidade, por vezes anónimos, outras vezes mais mediáticos, caminhando com o tempo a um ritmo sempre mais lento que a nossa vontade, mas todavia firme e positivo. Que o tempo futuro lhes traga as maiores venturas.

\* Pró-Reitor da Universidade de Coimbra





# Universidade, extensão e cultura

José António Bandeirinha \*

Ao longo dos últimos quatro anos, a actividade cultural no seio da Universidade de Coimbra (UC) desenvolveu-se de modos muito distintos e em instâncias igualmente diversificadas. Podemos, por exemplo, distingui-la a partir do emissor: desde logo, a actividade desenvolvida pelos estudantes através dos seus fóruns associativos e culturais, com especial relevo para as secções e organismos da Associação Académica de Coimbra; depois, a programação cultural externa oferecida pela Universidade à cidade e à comunidade universitária; por fim, a acção em rede, mais ou menos sistemática, que cruza essa programação e gera sinergias com outros promotores, locais ou nacionais, no sentido de ampliar a oferta cultural da cidade, como um todo coerente.

Mas ao longo destes mesmos quatro anos, a Universidade portuguesa sofreu mudanças profundas. Se, num determinado sentido, essas mudanças se constituem como potencial de eficiência em função do que lhe foi estabelecido como missão, noutro sentido condicionam a abertura a todas as frentes de acção que estão à margem do que, institucionalmente, lhe foi determinado como objectivo. Para que a Universidade continue a encarar as suas áreas de extensão numa perspectiva aberta, independente e transversal, e possa assim resistir à ameaça de excessiva objectivação funcional com que se debate actualmente, terá de ter a actividade cultural como mediador permanente dos instrumentos através dos quais se processa essa mesma extensão.

A UC é, de entre as escolas universitárias portuguesas, aquela que tem esse sentido de extensão cultural mais arreigado nas práticas académicas, não por privilégio artificialmente concedido, mas sim pela consciencialização consuetudinária da comunidade, consolidada ao longo de séculos e tantas vezes reconfirmada e ampliada em momentos de resistência. Mas, longe de considerar essa nossa condição como patamar de comodidade, é necessário, isso sim, alimentá-la permanentemente, adaptá-la às circunstâncias de uma contemporaneidade sempre em mutação e elevá-la às mais exigentes fasquias de qualidade.

Foi isso que, em síntese, procurei fazer.

\* Pró-Reitor para a Cultura



# Visão em Movimento

Margarida Mano \*

Protagonista, hoje, de um momento, numa Rua de passagem, chamada Larga, de uma Universidade onde circulam ideias livres e conhecimento, relembro a visão do Poeta Pessoa sobre *Uns e Outros* (*Uns, com os olhos postos no passado, / Vêem o que não vêem; outros, fitos / Os mesmos olhos no futuro, vêem/ O que não pode ver-se*).

Vem isto a propósito da reflexão que fiz nesta revista, há poucos meses, sobre as condições de sucesso da mudança que o Centro de Serviços Comuns (CSC), modelo de prestação de serviços, baseado numa estratégia colaborativa, estatutariamente escolhido pela Universidade de Coimbra (UC), pode e deve assumir. Com os meus olhos de *Uns* vejo um caminho percorrido ao longo do último ano de projectos executados, de pessoas, de trabalho, de receios, de diálogo, de critérios, de oportunidades e de metas instrumentais alcançadas. Com os meus olhos de *Outros* vejo o desejo de ganhos objectivos, de mudança de atitudes e de culturas, assentes num percurso concertado de sucessivas rupturas, esforço de cooperação e colaboração.

Uma nova década aproxima-se. Os desafios da transição que marcam o momento, hoje, no mundo, no País e na UC, em particular, apelam a soluções inovadoras e participadas de que o CSC, à sua escala, pode e deve ser exemplo, num contexto de governação que pressupõe compromisso, acompanhamento e supervisão de e por todas as partes interessadas.

Hoje, continuando a citação do Poeta ... *Este é o dia, / Esta é a hora, este o momento, isto / É quem somos, e é tudo*.

\* Pró-Reitora da Universidade de Coimbra





## O posicionamento do

# BIOMED III na Inovação em Saúde

Fernando Guerra \*

O BIOMED III posiciona-se como uma peça fundamental no Ecossistema de Inovação da Região Centro, valorizando de forma sistémica toda a dinâmica de inovação nesta área prioritária de desenvolvimento loco-regional, assegurando efeitos multiplicadores no desenvolvimento da comunidade. A criação do BIOMED III visa complementar e reforçar valências já existentes, promovendo a interdisciplinaridade na área de Biomedicina, Biologia Celular e Molecular aplicada às Ciências da Saúde, congregando unidades de investigação públicas e privadas da Universidade de Coimbra (UC), a saber: Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC); Centro de Oftalmologia e Ciências da Visão (COCV) da FMUC; Centro de Pneumologia da FMUC, Centro de Ciências Forenses da FMUC, Centro de Gastroenterologia da FMUC, Centro de Investigação em Meio-Ambiente, Genética e Oncobiologia (CIMAGO) da FMUC; Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento (IME) da FMUC e Centro de Estudos Farmacêuticos (CEF) da Faculdade de Farmácia. A construção desta infra-estrutura científica e tecnológica, no valor de 15 milhões e meio de euros, integrada no plano de desenvolvimento da Faculdade de Medicina no Pólo das Ciências da Saúde, reforçará a vasta estratégia que tem vindo a ser implementada, com acções verdadeiramente estruturantes, congregando e mobilizando a região tendo em vista o seu sucesso na criação de riqueza através de produtos inovadores e de valor acrescentado nesta área.

A actividade do BIOMED III será um contributo essencial para o Projecto DHMS – Dinamização Regional de actores na área do HealthCare & Medical Solutions – que promove o fortalecimento de uma rede de base regional envolvendo os seus principais actores e articulando as suas actividades com outras redes nacionais. O DHMS agrega cerca de 70 organizações e tem como promotores o Instituto Pedro Nunes, o AIBILI, a UC, a Universidade de Aveiro e a Universidade da Beira Interior estando integrado no plano de acção do Pólo de Competitividade – Health Cluster Portugal (HCP), como um dos seus projectos âncora, e pretende afirmar a Região Centro como uma das regiões chave do HCP. Esta integração no HCP é geradora de mais oportunidades de cooperação e negócio e potencia a capacidade de actores da rede regional se afirmarem em mercados mais globais.

Em consonância com toda esta articulação de esforços existe também o Programa Estratégico “INOV.C” que conjuga e gere diferentes agentes e valências, integrando Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica e Parques de Ciência e Tecnologia tendo em vista reforçar o posicionamento da Região Centro em matéria de inovação no contexto nacional e internacional. Este programa tem a Saúde como uma das áreas temáticas preferenciais, ramifica-se por toda a região e requer a existência do BIOMED III para responder às necessidades de investigação.

O BIOMED III será um reforço na competitividade da rede e a cooperação interdisciplinar entre as equipas de investigadores das diferentes unidades de investigação que aí residirão, muitas delas reconhecidas internacionalmente, completando o ciclo da inovação. A massa crítica de investigadores altamente qualificados, os benefícios da concentração de recursos tecnológicos diferenciados e a sua proximidade às entidades utilizadoras finais, como os Hospitais da UC, otimizará o tempo entre os resultados de investigação e a possibilidade de desenvolvimento de novos produtos ou terapias numa translação para o mercado disponibilizando um enorme potencial de inovação ao tecido empresarial.

\* Pró-Reitor da Universidade de Coimbra







OFICINA  
DOS SABERES

ACTUAL  
IMPRESSÕES  
RIBALTA  
CIÊNCIA REFLECTIDA

# LINE UP ACTION

## Festival Internacional de Arte da Performance

1. Entre 16 e 23 de Outubro de 2010 decorreu a primeira edição de *LINE UP ACTION – Festival Internacional de Arte da Performance*, que ocupou espaços tão diversos como a Casa das Caldeiras, o Círculo de Artes Plásticas de Coimbra (CAPC), a Galeria Sete ou as galerias de Antropologia na Universidade de Coimbra.

Co-organizado pela Associação ICZero e pelo Curso de Estudos Artísticos da Faculdade de Letras, sob direcção de António Azenha, Comissário da edição de 2010, e de Fernando Matos Oliveira, esta iniciativa propôs-se instituir em Portugal um evento periódico de referência, no âmbito da arte da performance. A performance é uma expressão artística que nasce nos interstícios das vanguardas e neo-vanguardas do séc. XX, afirmando-se definitivamente nas décadas de 1960/70, momento em que adquire autonomia. Até ao presente, o seu carácter transdisciplinar, contingente e intempestivo não cessou de evoluir e de se transformar, dialogando com uma enorme diversidade de suportes e discursos.

A emergência da cultura digital e as mutações ocorridas com o avanço da globalização conferem à arte da performance uma capacidade única para processar tanto o devir tecnológico, como as deslocções no pensamento contemporâneo. As questões da representação, o hibridismo das linguagens e das formas, a centralidade do corpo, o *ethos* presencial do *performer* e a sua vocação actuante creditam, no seu conjunto, o objecto deste festival. O carácter inclusivo e multi-medial da performance revela-se hoje nas transacções

interdisciplinares que esta arte protagoniza, entre o teatro, a poesia, a dança, a música, o cinema, a vídeo arte e as artes plásticas. A sua pluralidade traduz-se num vasto arquivo de géneros e estilos criativos, da tradição do *happening* e da *live art* até à performatividade digital.

2. *Line Up Action* tem por objectivo promover a apresentação periódica de criações no âmbito da performance e confrontar o público com a sua conceptualidade proliferante. A importância de um evento desta natureza resulta da própria efemeridade da performance e da sua resistência à documentação. Os promotores do festival verificaram que não existe em Portugal um evento sustentado, especificamente dedicado a esta forma de arte. A parceria entre ambas as entidades visa contribuir para a divulgação da arte contemporânea, assumindo a relevância que a performance tem no desenvolvimento das práticas artísticas nacionais e internacionais. Assim, este organizou-se em quatro vectores, essenciais para o conhecimento e confronto crítico com a arte da performance: uma componente criativa (performances); uma componente reflexiva e/ou auto-reflexiva (comunicações e debates); uma componente pedagógica (workshops); uma componente documental (edições e exposições).

Além da divulgação crítica de artistas e colectivos, pretende-se contribuir para a memorização desta forma de arte, contextualizando-a e debatendo as suas potencialidades no presente e no futuro.

3. Situando-se estrategicamente entre a universidade e o associativismo cultural, as duas entidades organizadoras do Festival *Line Up Action* pretendem contribuir para o desenvolvimento sustentado de espaços criativos urbanos e, assim, reforçar a cidade de Coimbra como uma centralidade no que diz respeito às artes e à cultura. É sabido que, devido a inúmeros factores, a cidade tem vindo a perder ao longo dos últimos anos referências culturais na área das artes performativas e das artes visuais, como ilustram de modo tão diverso o fim das *Bienais de Teatro Universitário* e dos *Encontros de Fotografia*. No entanto, acreditamos na resiliência dos públicos e na juventude da comunidade universitária para sustentar eventos com capacidade diferenciadora, bem como na possibilidade de mobilizar novos públicos.

Tomando como referência projectos que através das

artes performativas e das artes visuais revitalizaram um pouco por toda a Europa públicos e espaços urbanos, os organizadores pretendem implicar no projecto do festival, pessoas e instituições ligadas ao mundo da cultura, à política cultural e ao turismo, em toda a Região Centro. A edição de 2010 contou com o apoio de entidades como a Pró-Reitoria para a Cultura e a Direcção Regional de Cultura do Centro. Encara-se ainda a possibilidade de o evento se desenvolver futuramente numa lógica multipolar, de modo a garantir o mais brevemente possível condições de sustentabilidade necessárias ao cumprimento dos objectivos a que se propõe.

4. Nesta sua primeira edição, o Festival *Line Up Action* apelou especialmente à capacidade do público de Coimbra em sintonizar com a herança da que já foi





denominada capital da arte conceptual, na década de 1970, procurando relançar e motivar a comunidade para a urgência da transformação criativa e cultural o espaço urbano que habita.

Prestou-se homenagem ao Grupo GICAPC-CORES e assinalou-se a importância de um organismo autónomo da UC ligado às artes: o CAPC. Pertenceram a este grupo artistas como Armando Azevedo, António Barros, Teresa Loff, Rui Órfão, Túlia Saldanha, Manuela Fortuna, Alfredo Pinheiro Marques e Assunção Pestana. Alguns destes elementos tiveram uma acção predominante na performance portuguesa nas décadas de 1970/80/90 e contribuíram para que o CAPC fosse considerado, à data, o centro da arte conceptual portuguesa.

A programação desta primeira edição do Festival *Line Up Action* actuou em vertentes programadas e acções não programadas, próximas da tradição do *happening*, de modo a manter visível no próprio decurso do festival a ontologia intempestiva da arte da performance, desde logo no seu período fundador. As suas vertentes estruturantes foram as seguintes:

- Criações performativas – Como evento destinado à apresentação e celebração da arte da performance, *Line Up Action* pretende seleccionar em cada edição um conjunto de artistas representativos. Em 2010 estiverem presentes os seguintes artistas convidados: Albuquerque Mendes, Alexandre A. R. Costa, António Olaio, Armando Azevedo, Carlos Tejo, Fernando Aguiar, Manoel Barbosa, Manuel Portela, Silvestre Pestana, Susana Chiocca e Victor Lago. Além das apresentações ao vivo, o público teve acesso a uma sessão de vídeo performance, a cargo de Fonlad/Videolab;
- Conferências / Comunicações / Projecções Vídeo;
- Trata-se de um espaço de reflexão, debate e troca de experiências, cruzando práticas e discursos na área da performance. Para este conjunto de actividades foram especialmente mobilizados os alunos com componente de ensino artístico. Os dois ciclos de conferências promovidos nos dias 21 e 22 de Outubro de 2010 dedicaram-se a dois temas de grande impacto na área, nomeadamente: a) a iden-

tidade e as questões relacionadas com a denominação da Arte da Performance; b) as possibilidades de memorização da performance e as dificuldades que se colocam ao seu ensino. Estiveram presentes os seguintes conferencistas: Ana Filipa Candeias, Armando Azevedo, António Azenha, Carlos Tejo, Fernando Matos Oliveira, Rui Órfão Assunção Pestana e Sónia Pina;

- Exposições – O festival incluiu actividades de exposição artística e documental, já que pretende avançar a cada edição com propostas de grande coerência crítica e com identidade temática. Em 2010 realizaram-se duas exposições. Na Casa das Caldeiras esteve em exibição um conjunto de “objectos transitórios de acção performativa” e ainda a instalação *Valsamar*, ambos de António Barros, cujo trajecto criativo opera em Portugal o cruzamento



interartístico ao movimento *Fluxus*. No CAPC, por outro lado, foi apresentada uma exposição-homenagem ao Grupo GICAPC-CORES, tendo recebido contribuições de inúmeros criadores nacionais;

- Workshop – O artista Manoel Barbosa orientou um workshop sobre performance, que contou com a participação de um grupo de 12 alunos, e ultimou também a apresentação final de *Froolm*, a sua derradeira criação;
- Edição – Enquanto arte da acção e do corpo vivo, a performance tem uma relação crítica com a documentação. As actividades de edição são, por este motivo, um trabalho decisivo para a preservação da memória desta forma de arte. Este foi o objectivo do livro-homenagem com imagens e textos originais sobre o Grupo GICAPC-CORES, apresentado durante o evento.

Podemos agora afirmar que a edição 2010 do Festival *Line Up Action* superou as nossas expectativas iniciais. Tanto a reacção do público, como o envolvimento decisivo de entidades com o CAPC, permitem-nos confiar no crescimento deste evento e na sua articulação crítica com o público, com o ensino artístico e com o devir da arte contemporânea. Neste sentido, desejamos reforçar para o futuro as parcerias institucionais, convocando para o projecto entidades locais e regionais que possam contribuir para a sua sustentação, bem como apresentar à Direcção-Geral das Artes uma candidatura autónoma com vista ao reforço do seu financiamento. A consolidação e a internacionalização do Festival passam também pela integração de entidades relacionadas com o ensino artístico na região, nomeadamente a Escola Universitária das Artes de Coimbra e a Escola Superior de Educação de Coimbra. Entre os objectivos a desenvolver destaca-se a articulação com uma rede internacional de festivais de performance, de modo a potenciar a circulação de artistas e a colaboração entre estruturas de produção.

ICZero – Associação Cultural Itinerários Contemporâneos • Curso de Estudos Artísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Carlos Tejo • *Resposta Incorreta* • Line Up Action







P

E  
X



# [ O B G E S T O S ]

Referências complementares aos Artos do Trabalho e Compromisso.  
(Estado de presença de António Barros nos Arco Performance)

**[ O B G E S T O S ]** é um projeto artístico que se desenvolveu em torno de um objetivo: dar visibilidade e promover o debate sobre as condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Lisboa e com o apoio de diversas instituições culturais e académicas. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Lisboa e com o apoio de diversas instituições culturais e académicas. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Lisboa e com o apoio de diversas instituições culturais e académicas.

**[ O B G E S T O S ]** é um projeto artístico que se desenvolveu em torno de um objetivo: dar visibilidade e promover o debate sobre as condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Lisboa e com o apoio de diversas instituições culturais e académicas. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Lisboa e com o apoio de diversas instituições culturais e académicas.



# A Educação e Formação de Adultos na UC: reflexões a propósito das III Jornadas

Luís Alcoforado \*

A Educação e Formação de Adultos tem vindo a revelar, ao longo das últimas décadas, uma dinâmica e uma capacidade de influência verdadeiramente incontornáveis, quer enquanto campo de práticas, quer como domínio de construção e transferência de conhecimento. Em primeiro lugar, porque tem registado um crescimento exponencial da oferta e da procura, provocando o aparecimento de investimentos crescentes, políticas diversificadas e o envolvimento progressivo de múltiplos agentes. Em segundo lugar, porque foi sendo desafiada a constituir-se como disciplina universitária, da qual se têm esperado contributos decisivos para a maximização dos impactos pretendidos, nas pessoas e nas comunidades.

Se é verdade que, desde sempre, se considerou indispensável a continuidade das aprendizagens ao longo da vida, o aparecimento da escola e o reconhecimento generalizado das razões que a justificavam, fizeram emergir a inevitabilidade de promover acções de educação e formação destinadas a pessoas adultas. Sendo certo que a necessidade de acelerar os inevitáveis processos de mudança, a nível social, cultural e económico, apenas poderia ser satisfeita pela mudança de todas as pessoas, estas transformações só seriam possíveis através da disponibilização de meios que contribuíssem para a aquisição de saberes e competências que as orientassem no sentido desejado. Como estas mudanças passaram a ser, para além de inevitáveis, cada vez mais aceleradas, implicaram a obrigatoriedade das

actividades de educação e formação se estenderem a todos os espaços e tempos da vida.

Portanto, se num primeiro momento foi a militância e boa vontade de pessoas que, na intenção de fazer chegar o conhecimento e a cultura aos que dela estavam afastados, procuravam construir verdadeiros movimentos sociais de luta pela igualdade de direitos e deveres, numa segunda fase, foi já a necessidade de todos/as dominarem um conjunto de saberes e competências cada vez mais alargado e em necessidade de constante renovação, que levou os poderes, públicos e privados, e os mais influentes organismos internacionais, como a UNESCO, a OCDE e o Conselho da Europa, a defenderem uma aposta em actividades educativas que incluam “o conjunto de processos de aprendizagem, formal, ou não, graças ao qual as pessoas consideradas como adultas pela sociedade a que pertencem, desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas, ou profissionais, ou as reorientam de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade”. Esta educação e formação, assim defendidas pela Conferência Internacional da UNESCO, realizada em Hamburgo, em 1997, deve contribuir para “desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade das pessoas e das comunidades, reforçar a capacidade de fazer face às transformações da economia, da cultura e da sociedade no seu conjunto, promover a coexistência, a tolerância e a participação consciente e



criativa dos cidadãos na sua comunidade, permitindo, em suma, que as pessoas e as comunidades assumam o controlo do seu destino e da sociedade para enfrentarem os desafios do futuro”.

No entanto, também ao longo das últimas décadas, facilmente se percebeu que os processos de educação e formação de adultos não podiam mimetizar as formas escolares. Quer nas finalidades, quer nas metodologias, educar e formar adultos obriga a encontrar soluções com identidade própria e, por isso mesmo, os diferentes organismos reclamaram das Universidades o contributo necessário para a construção e desenvolvimento dessa especificidade.

Tal como a generalidade das grandes escolas de ensino superior, um pouco por todo o mundo, também a Universidade de Coimbra (UC) respondeu a este desafio. Ainda na década de 1970 do século XX, na sequência do reforço da área das Ciências da Educação, foi iniciada, no âmbito da novel Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UC, sob iniciativa e orientação de António Simões, a preocupação de abrir um campo de ensino e investigação neste domínio, que originaria, uns anos mais tarde, a formação de Licenciados, Mestres e Doutores, o desenvolvimento de vários projectos de investigação, a produção não despendida de literatura científica e a colaboração com os diferentes organismos nacionais e europeus, com o objectivo de contribuir para formar alguns dos agentes necessários ao desenvolvimento sustentado do campo de investigação e das práticas.

Para além destas actividades normais de investigação e ensino, a área de Educação e Formação de Adultos da UC, assumiu a responsabilidade de organizar encontros científicos que foram reunindo especialistas nacionais e internacionais, procurando estruturar um hábito de reflexão conjunta que contribuisse para o reforço identitário dos investigadores, a abertura a áreas contíguas de saber e a consolidação do prestígio da problemática em desenvolvimento. Estes encontros passaram também a ter uma ambição natural de impulsionar políticas e contribuir para introduzir a inovação necessária nos processos, procurando fornecer reflexões e conhecimento que permitissem otimizar a qualidade das actividades.

No dizer de António Simões, Presidente da Comissão Organizadora das duas primeiras edições das Jornadas, em 1996, a comunidade científica reunia, em Coimbra, pela primeira vez, num momento em que a situação portuguesa, neste domínio, continuava a não ver “soprar ventos favoráveis”, enquanto na abertura do segundo encontro, em 2001, reconhecia que se respirava outro ar, constatando-se que a educação de adultos se reanimava. Assistíamos finalmente à criação de uma Agência Nacional para a Educação de Adultos, mas tinha sido, antes dela, “o trabalho abnegado dos educadores que persistiram contra toda a esperança; o labor dos intelectuais que fizeram da educação de adultos uma disciplina universitária respeitável; os centros de investigação, que encetaram estudos sérios sobre a variada problemática da educação de adultos”. Tudo isto tinha contribuído para que esta se impusesse aos políticos como uma necessidade inelutável dos nossos tempos e uma contribuição insubstituível para a nossa sobrevivência colectiva.

Nos dias 3 e 4 de Fevereiro de 2011, desafiamos, novamente, todos os interessados nesta área de conhecimento e intervenção, a reunirem-se em Coimbra. Este novo encontro vai acontecer num momento em que Portugal, no domínio da Educação e da Formação de Adultos, mobiliza investimentos inusitados e ambiciona metas impressionantes, mas também, e por isso mesmo, numa altura em que necessita, como nunca, que esta multiplicação de práticas seja acompanhada das questões de investigação mais necessárias, das reflexões críticas mais adequadas e dos debates mais pertinentes.

Assumindo uma tradição de muitas décadas (basta recordar a Escola Livre de Artes e Desenho e a Universidade Livre), Coimbra procura, uma vez mais, estar no centro da dinamização de um movimento social que ajude a pensar e a construir melhores comunidades, mobilizando os contributos necessários da Educação e da Formação.

\* Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

# Uma Rede Mestiça e (esta sim) um verdadeiro “PIN”

Ana Amendocira e José Aguiar \*

*O mar foi ontem o que o património pode ser hoje, basta vencer alguns Adamastores.*

Mia Couto

A Universidade de Coimbra (UC) acolheu duas importantes reuniões internacionais designadas World Heritage Portuguese Origin [WHPO] (a primeira em 2006 e a segunda em Outubro de 2010), no quadro das quais se fundou uma rede orientada para a conservação do património arquitectónico e urbano de influência portuguesa, espalhado pelos muitos – certamente mais que quatro – cantos do Mundo.

A construção de uma rede com as características desta é, certamente, um factor pioneiro – conhecemos poucas que se assemelhem à amplíssima latitude desta nova criação – e de grande modernidade, na forma de ver e prospectar o papel cultural de Portugal no mundo. Trata-se de um projecto de verdadeiro interesse nacional, que deveria ser considerado estratégico nas nossas políticas culturais e de cooperação.

Devemos – é de elementar justiça – registar o facto de ter sido a UC, através da sua Reitoria, a instituição portuguesa que mais rapidamente e melhor percebeu a importância nacional e internacional deste sonho, deste projecto, acolhendo-o e trabalhando intensamente para pôr em prática a proposta que, já em 2004, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) Portugal apresentara a várias instituições: a criação de uma Rede de cooperação entre todos os

países que detêm património de influência cultural portuguesa!

A ideia germinal cresceu de uma sugestão, bem mais modesta, apresentada em 2003 na cidade de Paris, pelo Director do Centro do Património Mundial, Francesco Bandarin, que no decorrer de uma reunião do Comité Executivo do ICOMOS Internacional, solicitou aos representantes dos ICOMOS do Brasil, do México e de Portugal que trabalhassem conjuntamente, no sentido de apoiar a aplicação da Convenção do Património Mundial aos países africanos de língua portuguesa. Foi com base nessa necessidade, muito objectiva, que o ICOMOS Portugal propôs, alternativamente, uma organização mais ampla, convocando geografias mais vastas e uma cultura mais partilhada – a do mundo da influência histórica e cultural portuguesa –, propondo uma colaboração entre todos os países onde existe este património, no quadro dos princípios da Estratégia Global da UNESCO, que procura desenhar uma lista do património mundial mais credível, equilibrada e representativa.

Com a realização do I Encontro Internacional WHPO, em 2006, a UC tornou-se o verdadeiro motor desta nova *Rede*, constituindo parcerias alargadas às instituições oficiais e não governamentais implicadas directamente no tema, como o Ministério da Cultura, o IGESPAR, a Comissão Nacional da UNESCO, o ICOMOS Portugal e o Turismo de Portugal, que permitiram agora organizar agora o II Encontro WHPO, onde foi constituída formalmente a *Rede*, e trazendo a

Portugal participantes de mais de 25 países de quatro regiões do mundo (América Latina, África, Ásia e Europa).

Se é uma inquestionável missão da Universidade a transmissão (o ensino), a produção (a investigação) e a guarda (o arquivo cuidadoso e sistemático) do conhecimento, o Magnífico Reitor da UC acrescentou a estes um quarto desígnio, uma quarta missão relevante: a do papel da Universidade na sustentação de uma diplomacia da cultura e do saber. Nesse sentido, importa sublinhar que, com esta iniciativa internacional e com a sua inquestionável repercussão e sucesso, a UC acrescentou um valor fundamental ao carácter universal da sua própria candidatura a património mundial da UNESCO, sustentando e mostrando na prática a continuidade futura dos valores de universalidade que lhe conferem há tantos séculos prestígio na área da produção, partilha e transmissão de conhecimento, em várias regiões do mundo. Chama-se a isto visão estratégica e prática consequente.

Na eterna crise, com pouquíssimos recursos, teremos poucas hipóteses de poder financiar a conservação de obras-primas da nossa partilhada arquitectura e urbanismo, construídas noutras latitudes. Mas alguns recursos colocados num sistema relativamente aberto de partilha do saber, abrem novas possibilidades e dão novos sentidos à conservação. A produção e partilha de conhecimento são, na verdade, um dos mais importantes factores de salvaguarda patrimonial. Destrói-se demasiadas vezes o que, não se conhecendo, não se pode apreciar. Conhecer e estudar, publicitando quando publicamos, irá responsabilizar decisivamente quem se propõe alterar, demolir, obliterar para o futuro a fundamental memória.

Tal como é afirmado no texto da Declaração de Coimbra, a fundação da *Rede WHPO* é assim e antes do mais, um projecto de conhecimento que organiza novas formas da sua transmissão e troca, algo que produz maior intangibilidade e novos sentidos, um futuro certamente mais inteligente e mais inteligível para o património do nosso passado comum.

Brasil, Marrocos, Argentina, Uruguai, Paraguai, México, Uruguai, Benim, Senegal, Guiné-Bissau,



Cabo Verde, Região administrativa especial de Macau (China) Irão, Índia, Sri Lanka, Holanda, Malta, Espanha, Portugal, Moçambique, Quénia, Tanzânia, Gana, Gâmbia e Angola assinaram esta Declaração de Coimbra. A Comissão Instaladora da *Rede* é agora presidida pelo ICOMOS Brasil e constituída por representantes de Angola, Marrocos, Índia e Quénia. A sua sede será a (e na) UC, e tudo isto foi decidido por uma remarcável unanimidade.

É raro (inaudito?) um documento doutrinário e de referência, uma declaração internacional, começar com um poema (de Mia Couto); a *Rede WHPO* é um projecto mestiço, poético como a poesia que inicia a Declaração de Coimbra, construindo um novo e verdadeiro (este sim) Projecto de Interesse (trans) Nacional!

\* ICOMOS-Portugal





# E agora, onde?

Manuel Rocha Vaz \*

A reivindicação tinha nascido pouco depois da Revolução de Abril de 1974 ter entrado, vitoriosa, numa página da História de Portugal – Coimbra precisava de um Conservatório público. Uma reivindicação que parecia quase-nada, num país a precisar de pão e liberdade e justiça, tão habituados que estávamos à convicção salazarista de ser a cultura, tão-só, um apetrecho da vida arrumado em convenientes “políticas do espírito”. Ainda demorou, mas as movimentações de pais, alunos e políticos locais conseguiram inscrever na agenda política de 1985 a criação do Conservatório de Música de Coimbra – escola pública do ensino especializado da Música.

Com a publicação, na edição de 5 de Setembro de 1985 do Diário da República, da Portaria de constituição da nova Escola, iniciava-se a procura de instalações para o desempenho da função. O palacete da Cerca de São Bernardo viria a ser a primeira casa do Conservatório, o início do caminho andado até ao Vale das Flores, a única de cinco moradas em cuja fachada não se aparafusou a placa de latão com os dizeres “instalações provisórias”. O definitivo, finalmente.

Enquanto projecto de arquitectura, o Conservatório foi inicialmente pensado (e desenhado) como escola autónoma, capaz de incluir, num só equipamento e sob um mesmo órgão de gestão, todas as valências necessárias à formação, de nível secundário, do jovem que desejasse prosseguir estudos musicais no ensino superior. O processo de reestruturação do ensino artístico especializado, iniciado em 1985, gerou, porém, um novo paradigma – o da aproximação entre o ensino regular e o ensino artístico especializado. E é propositadamente que digo aproximação e não fusão, como poderia ser sugerido

pela leitura do actual edifício que junta, num mesmo território, duas escolas com diferenciadas missões: a Escola Secundária da Quinta das Flores e o Conservatório de Música de Coimbra. Não se trata de um processo consensual, havendo quem conteste, desde o início, a solução encontrada. O temor da diluição, a prazo, do Conservatório na Escola Secundária com a qual divide chão, não se trata de um receio infundado: na Região Autónoma dos Açores, dois Conservatórios foram integrados em Escolas Secundárias, perdendo autonomia e capacidade de condução de um Projecto Educativo de pendor artístico. No entanto, e geograficamente mais perto, o Conservatório de Braga trilha o caminho contrário, constituindo-se (bom) exemplo da importância que a consolidação de uma característica diferenciadora – a de escola artística – assume no tecido educativo da região em que desenvolve actividade. Regressemos, então, à realidade que é a nossa para sublinhar, poucos meses decorridos após a abertura das novas instalações das Escolas, o esforço mútuo de interligação das duas estruturas, tanto no plano pedagógico como no plano da partilha do excelente equipamento edificado/recuperado no Vale das Flores. Assinale-se, porém, que muita da actividade educativa que ali há-de desenrolar-se não resulta - nem resultará, nos tempos mais próximos - da conjugação de práticas das duas escolas; cerca de metade dos 700 alunos do Conservatório não frequenta escolas de Coimbra, aqui chegando de todos os concelhos do distrito e de distritos contíguos. É, por isso, necessário (obrigatório) garantir a estas crianças e jovens uma oferta formativa pública capaz de corresponder à procura por eles produzida. Por isso, enquanto estabelecimento público do ensino especializado da Música e uma das (apenas) seis escolas

públicas do País, ao Conservatório não se exige uma resposta meramente local, mas sim uma abrangência regional.

São de diversa natureza os factores que estão na origem do crescimento da procura do ensino artístico especializado numa escala geográfica tão extensa. Desde logo, o impacto produzido na vida comunitária pela crescente presença de produtos da indústria cultural; por outro lado a consciência de que a actividade musical começa a fazer parte do elenco das profissões “viáveis”, numa realidade económica em que, pelas piores razões, ser “engenheiro” não garante o acesso ao mercado de trabalho, do mesmo modo que ser “músico” não constitui impedimento do acesso a esse bem. Por outro lado, fenómenos outrora localmente circunscritos, como as Bandas Filarmónicas, constituíram-se núcleos de formação capazes de criar expectativas em jovens que, com o aparecimento da escola pública, encontraram a solu-

ção para a sua vontade de aprender mais, sem que o factor financeiro constituísse limitação de acesso. Resumindo, a democracia fez emergir necessidades em públicos escolares que, antes da criação do Conservatório de Música de Coimbra, nem sequer se abeiravam de um ensino privado e caro, ainda que manifestamente insuficiente.

Neste domínio, como em muitos outros, há, como sempre haverá, caminho a fazer. A simples circunstância da existência de apenas sete escolas públicas (seis de Música e uma de Dança) de ensino artístico especializado – numa rede escolar em que o ensino privado financiado se eleva a cerca de oito dezenas de instituições - diz muito acerca do tanto que falta caminhar para que se cumpra o determinado no número 1 do Artigo 75.º da Constituição da República: “o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.





Talvez mesmo aqueles que, como eu, se arredam da interpretação mística dos acontecimentos, encontrem na construção do belo edifício do Vale das Flores um sinal premonitório. Para já, é de elementar justiça referir que Coimbra ficou dotada de uma infra-estrutura de grande qualidade destinada à educação artística. Mas, mais, a Cidade passa a contar com um auditório especificamente equipado para a apresentação musical, em que a excelência acústica é característica central e diferenciadora (para além da inquestionável beleza do espaço).

Durante 25 anos o Conservatório espalhou-se na Cidade toda, acolhido nos espaços da Universidade, da Igreja, do Município, de Instituições diversas, sempre que se tratava de cumprir uma das tarefas centrais da educação artística: a da apresentação pública. Cabe-lhe agora converter-se em ponto de encontro regular do público com a Música, contribuindo para que Coimbra possa vir a ser ponto de passagem obrigatória

daquilo que se vai fazendo fora das suas muralhas. E depois do Conservatório? É a pergunta que, ano após ano, se colocam os alunos e professores do Conservatório. É a pergunta que aqui faço, em plena Rua Larga, virado para a Universidade que acolhe um jovem e muito procurado Curso de Estudos Artísticos. Hoje, como nunca anteriormente em Coimbra, há jovens que procuram em diversas universidades portuguesas, públicas e privadas, resposta para a sua determinação em prosseguir, a nível superior, os seus estudos de Música. Virão a ser professores, uns, instrumentistas, outros, as duas coisas quase todos.

Então onde, em Coimbra, depois do Conservatório? Para já, a resposta terá a forma de um desejo; um desejo que em poucos outros lugares, como nesta cidade, faz tanto sentido converter em realidade. Fazem-nos falta cursos de Música na Universidade de Coimbra.

\* Director do Conservatório de Música de Coimbra



# A peça que faltava

Carlota Simões \*

Em Novembro de 2010, a equipa de arqueologia responsável pelas escavações no Laboratorio Chimico (Sónia Filipe e Paulo Morgado) descobriu, numa escavação arqueológica, um fragmento de um azulejo (5cm × 5cm) no qual se vê parte da esquadria e se lê simplesmente 16. (FIG 1). Um singelo pedaço de cerâmica que esperou três séculos para esclarecer uma questão que estava em aberto na história do ensino da matemática pelos jesuítas em Portugal.

Quem, em 2007, teve oportunidade de visitar a exposição *Azulejos que Ensinam* reconhece de imediato que se trata de mais um azulejo didáctico, da colecção dos que pertencem ao Museu Nacional Machado de Castro (MNMC) (FIG 2). Para além deste fragmento, são hoje conhecidos 23 azulejos didácticos com figuras matemáticas: 14 pertencem ao MNMC, seis estão em mãos de particulares e dois encontram-se expostos no Museu Nacional do Azulejo, em Lisboa. No entanto, a recente descoberta é especial por este ter sido o primeiro a ser encontrado numa escavação, revelando o local onde ele e todos os outros estiveram expostos no passado.

Foi António Leal Duarte (Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra) quem durante os anos 90 do século passado identificou todas as gravuras matemáticas representadas nos azulejos como sendo ilustrações de proposições e definições de *Os Elementos* de Euclides, na versão do matemático jesuíta belga, André Tacquet, (1612-1660), publicada pela primeira vez em 1654, e bastante utilizada

no ensino da Matemática em toda a Europa até aos finais do século XVIII.

Em todas as edições da obra de Tacquet que António Leal Duarte pôde observar, tanto a numeração das figuras como a notação matemática utilizadas no livro coincidem com as que encontramos nos azulejos (FIG 3). No entanto, mesmo na edição de Tacquet mais fiel às ilustrações dos azulejos que se pôde encontrar (Pádua - 1729) há uma figura que aparece invertida no livro (FIG 4). Leal Duarte nunca encontrou uma versão fiel a todos os azulejos conhecidos, mas o mistério talvez tenha ficado resolvido na altura da exposição *Azulejos que Ensinam*, quando se deu conta que a um exemplar de *Os Elementos* pertencente à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (UC), precisamente na versão de André Tacquet (Antuérpia - 1672), faltavam os desdobráveis com as figuras. É possível que as ilustrações desse exemplar tenham sido retiradas para servirem de modelo durante a execução dos azulejos.

A publicidade em torno da exposição *Azulejos que Ensinam* permitiu que mais um azulejo matemático fosse encontrado na altura: um leitor do jornal Público enviou-nos a foto de mais um azulejo, que só difere da gravura de Tacquet porque o azulejo passou por um restauro que não recuperou uma das letras da ilustração matemática (FIG 5).

Quando se cita uma proposição de *Os Elementos*, indica-se o número do livro e da proposição: livro 1, proposição 29, livro 3 proposição 12, etc. Acontece que sobre os azulejos encontramos apenas o núme-

ro da figura (canto superior esquerdo) e o número da proposição (canto superior direito), faltando a indicação do livro correspondente. Leal Duarte acredita que tenham sido feitos azulejos para cada um dos diagramas da edição de Tacquet (várias centenas), e que estes estariam agrupados do mesmo modo que em certas edições de *Os Elementos*, onde as figuras aparecem em desdobráveis no final do livro, agrupadas por livros, não sendo necessário indicar em cada figura o número do livro. Estariam talvez em paredes ou fachadas distintas, e seria desnecessário indicar o número do livro no azulejo, pois a disposição ou a localização do azulejo já daria essa informação. Quanto ao azulejo agora encontrado, apenas podemos afirmar que ilustrava uma *proposição 16*, de qualquer um dos livros de *Os Elementos*.

Tanto Henrique Leitão (Centro de História das Ciências da Universidade de Lisboa) como António Leal Duarte são de opinião que os azulejos didáticos com ilustrações matemáticas estão intimamente associados a um movimento de renovação científica, que teve lugar nos finais do Séc. XVII, dentro da própria Companhia de Jesus (ver *Azulejos que Ensinam*, Catálogo de Exposição, Coimbra, 2007). Desde os seus primórdios, havia na Companhia alguma tensão entre o estudo da Filosofia e o da Matemática. O estudo da Matemática e da Ciência acabou por se impor, havendo bastantes Jesuítas com um papel importante na ciência nos séculos XVII e XVIII. No entanto, entre os Jesuítas portugueses a corrente

filosófica parece ter sido dominante. Este facto originou a reacção do Geral da Companhia de Jesus, Tirso Gonzales, que, em 1692, enviou para Portugal as *Ordenações para estimular e promover o estudo da Matemática na Província Lusitana*, onde se pode ler:

*Quinto: Procurem primeiro os Superiores dos colégios de Coimbra e Évora que cada um dos nossos filósofos tenha necessariamente para seu uso os seis primeiros livros dos Elementos de Euclides que contêm os elementos de geometria plana. São muito convenientes os que compôs o P. Andreas Tacquet [...]. Na escola, ou em qualquer outro lugar destinado às demonstrações deve ser exposto um quadro das figuras principais, maior e mais amplo, que será comum a todos, e a que se deve adaptar um compasso para a demonstração das figuras [...].*

Este quinto ponto da Ordenação explica o aparecimento dos azulejos: no local onde se dá a aula de matemática deve haver um quadro amplo, com as figuras correspondentes às principais demonstrações. A esta ordenação seguiu-se outra sobre exames: também aí se ordena que os exames sejam feitos perante figuras de *Os Elementos*. Os azulejos foram decerto uma resposta a estas ordenações. Podemos assim datar com algum rigor os azulejos: seguramente depois de 1654, já que reproduzem as figuras da versão de Tacquet, publicada nesse ano, certamente depois de 1692, em resposta à Ordenação de Tirso Gonzales, e antes da expulsão dos Jesuítas de Portugal, em 1759.

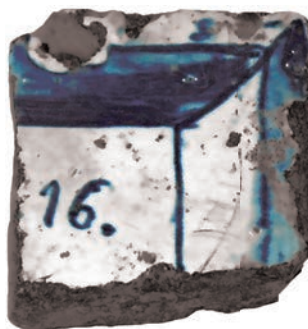


FIG. 1

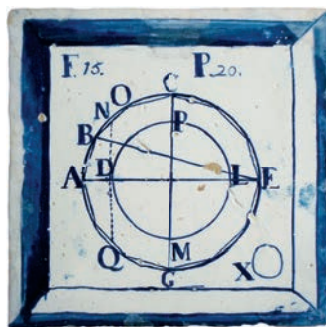


FIG. 2



Entretanto, em 1756 surgiu em Inglaterra uma outra edição de *Os Elementos*, a edição de R. Simson, traduzida em Português em 1766 pelo Abade Afonso Bunelli, que seria adoptada pela Faculdade de Matemática da UC após a Reforma Pombalina de 1772. Como as figuras desta versão são diferentes das de Tacquet, os azulejos didácticos deixariam de ter utilidade e teriam que ser retirados da vista dos estudantes.

Tendo este pedaço de azulejo sido encontrado numa escavação junto ao Colégio de Jesus, na zona mais jesuíta da cidade de Coimbra, podemos finalmente, e com grande certeza, concluir que os azulejos matemáticos estiveram expostos num colégio jesuíta em Coimbra, entre os anos de 1692 e 1759, tendo sido destruídos durante a Reforma Pombalina e entulhados durante as obras do Iluminismo.

Salvaram-se os azulejos pertencentes ao MNMC. Mãos cuidadosas souberam subtraí-los ao entulho das obras de Marquês de Pombal. Quem sabe o próprio Reitor-Reformador D. Francisco de Lemos (1770-1779 e 1799-1821), também Bispo de Coimbra (1779-1822) os protegeu da destruição no antigo Paço Episcopal, hoje MNMC.

Faltava esperar que Leal Duarte contasse a sua história no Séc. XX e que Sónia Filipe e Paulo Morgado desenterrassem o azulejo 16, no Séc. XXI para que ficasse provado que aqueles azulejos ensinaram Matemática em Coimbra, quase certamente no Colégio de Jesus por ser o colégio mais próximo do local da escavação.

\* Museu da Ciência da Universidade de Coimbra

### **Passeio com os azulejos jesuítas**

No próximo dia 27 de Fevereiro de 2011, às 11.00, o Museu da Ciência, em parceria com o Museu Nacional Machado de Castro, organiza mais uma sessão do projecto Trilhos: *Passeio com os azulejos jesuítas*, conduzido por António Leal Duarte (Departamento de Matemática da FCTUC).



FIG. 3

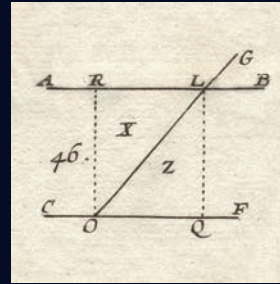


FIG. 4

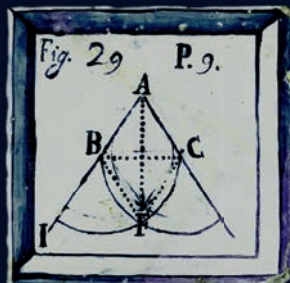
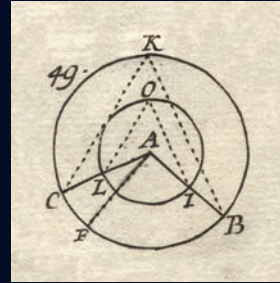


FIG. 5

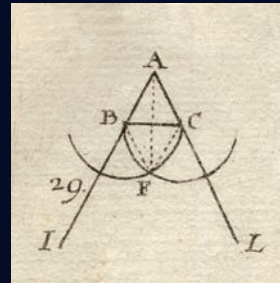


FIG 1 | Pedaco de azulejo encontrado numa escavação junto ao Laboratório Chimico em Novembro de 2010.

FIG 2 | Azulejo da colecção do Museu Nacional Machado de Castro.

FIG 3 | Azulejo do MNMC e respectiva ilustração em *Os Elementos*, de Euclides, versão de André Tacquet.

FIG 4 | Azulejo (colecção particular) e respectiva ilustração em *Os Elementos*, versão de André Tacquet. Uma imagem está invertida em relação à outra.

FIG 5 | Azulejo (colecção particular) e respectiva ilustração em *Os Elementos*, versão de André Tacquet. No azulejo falta a letra L.

# Ao Largo

ENTREVISTA RETRATO DE CORPO INTEIRO  
CRIAÇÃO LITERÁRIA LUGAR DOS LIVROS





# A UC é hoje [...] reconhecida como uma casa aberta ao mundo [...], que nunca mais ninguém ousará apelidar de torre de marfim

Por Marta Poiares e Pedro Dias da Silva

*A poucos dias do final do seu reitorado, Fernando Seabra Santos, figura máxima da Universidade de Coimbra (UC), faz um balanço dos dois mandatos à frente desta secular instituição de ensino superior. Professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC foi eleito reitor em 2003 e reeleito em 2007, tendo igualmente ocupado a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), entre 2007 e 2010. Abordando algumas das questões mais significativas dos últimos oito anos admite que, no futuro, nada lhe poderá dar mais “honra e prazer” do que ter estado à frente da instituição UC, garantindo que o seu sucessor irá encontrar uma “universidade forte e moderna”, que poderá sempre ambicionar “chegar a novos patamares”.*

Ao longo dos seus mandatos, uma das maiores transformações operadas foi a inevitável reorganização do processo formativo imposta pelo Processo de Bolonha. Em entrevista recente ao jornal “As Beiras”, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos dizia que “a adaptação ao processo de Bolonha deu-se nas piores condições, com pouca visão estratégica e sem capacidade para transformar o nosso único recurso — o facto de sermos uma das mais antigas universidades da Europa — numa alavanca de transformação da tradição em inovação”. De que forma é que se posiciona perante estas afirmações?

Nesta matéria, a evolução foi muito forte em Coimbra, nomeadamente com evoluções significativas nas três direcções de desenvolvimento que, em termos internacionais, foram definidas como prioritárias: a Europa, a bacia do Mediterrâneo e o espaço da lusofonia. Entendo que nos últimos anos demos passos muito importantes e concretizámos, efectivamente, orientações que colocam a UC numa espécie de pilar numa ponte transatlântica entre a Europa e a América do Sul, nomeadamente o Brasil e outros países da lusofonia, o que, de certa forma, significa que estamos a conseguir aproveitar o momento de transformação do Processo de Bolonha para, precisamente, tirar partido das nossas especificidades e posição no mundo. O Processo de Bolonha é uma das iniciativas mais complexas e multifacetadas que me foi dado acompanhar nestes anos. Parte da ideia, que só posso considerar justa, de que é necessário juntar uma dimensão cultural e educativa à Europa dos mercados e das finanças, através da construção do chamado Espaço Europeu de Ensino Superior. Do meu ponto de vista, a percepção desta necessidade e a definição deste objectivo radica na constatação de que a construção de uma sociedade do conhecimento capaz de competir no mercado global requer a criação de escala não apenas em termos empresariais, mas em todo o edifício que conduz à produção de riqueza. E esse edifício, como é hoje reconhecido, começa nas universidades e nas instituições de investigação. O Espaço Europeu de Ensino Superior é, portanto, uma componente dessa estratégia que visa conferir dimensão europeia ao processo de criação de riqueza, considerado no seu conjunto. É curioso constatar que, tendo sido a Europa a liderar este processo de internacionalização universitária, porque se procurou encontrar à escala de um continente a dimensão que não existia, de *per se*, em nenhum destes países, o caminho está a ser seguido, por idênticas razões, na América Latina, o que abre oportunidades fabulosas às Universidades ibéricas e, muito em particular, à UC. Far-se-á a justiça de constatar que

a nossa Universidade teve consciência desse facto e de que o está a aproveitar da melhor maneira. Dito isto, realço que o Processo de Bolonha é muito aquilo que quisermos, ou pudermos, fazer com ele. Reconheço que tem ficado, em algumas matérias, aquém das expectativas. Os governos consideram que está praticamente terminado mas, de uma forma geral, as universidades consideram que está apenas no começo e, entre estas duas visões do problema, há-de ser possível, talvez nas próximas dezenas de anos, evoluir no sentido de aproveitar estas oportunidades para transformar o sistema de educação superior. Aplica-se também aqui a percepção a que me referia, nesta mais recente cerimónia de Abertura Solene das Aulas, de sempre incompleta plenitude em torno da definição de Universidade, que por definição estará sempre desactualizada, e à qual poderemos estender com propriedade uma expressão utilizada num outro contexto: uma Universidade que só procura ser Universidade, nunca chegará verdadeiramente a sê-lo. É nesta perspectiva que compreendo e acompanho a reflexão do Doutor Boaventura de Sousa Santos.

Enquanto reitor foi sempre lançando alertas relativamente à forma como a tutela lidou com o ensino superior, chegando mesmo em 2009, no discurso que proferiu na cerimónia de abertura do novo ano lectivo na UC, a apresentar um caderno de encargos com seis pontos que preocupavam as instituições de ensino superior: o ordenamento da oferta educativa, a racionalização da rede de instituições, a política de financiamento, a clarificação do conceito de autonomia, a revitalização do processo de avaliação e a maior aproximação entre o sistema universitário e o científico. Passado um ano quais os resultados práticos desse apelo?

Fiz esse apelo na dupla qualidade de reitor da UC e de presidente do CRUP, que então era. Constató com muito agrado que, em boa medida — e não digo que tenha sido apenas pelos meus alertas, mas talvez eles tenham contribuído —, alguns desses pontos estão a ser trabalhados pelo governo. A avaliação, depois de quatro ou cinco anos de paragem, está finalmente a dar passos seguros com a concretização de acreditações e avaliações preliminares de vários milhares de cursos. Por seu turno, o tempo vai dando esclarecimentos sobre a interpretação que o governo tem do conceito de autonomia universitária. Uma das questões fundamentais é hoje a de sabermos exactamente quais são as vantagens e os inconvenientes de sermos, eventualmente, uma fundação pública de direito privado. Quanto à aproximação entre o sistema universitário e o científico, constató com prazer que a tutela tem tido uma postura mais equilibrada nesta matéria, nomeadamente no apoio e atenção que tem dado ao sistema universitário e às instituições de ensino superior, em particular, às universidades. Vejo contudo com alguma preocupação que, por exemplo, matérias como a racionalização da rede e o ordenamento da oferta educativa não tenham sido, ainda, convenientemente tratadas. Mas, enfim, se quisermos ser optimistas podemos sempre dizer que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo e que, quando surgir a oportunidade, este governo ou um outro, há-de também pegar nestes aspectos.

Embora tenha já defendido em várias ocasiões que o orçamento não é tudo, a falta de financiamento parece continuar a ser o principal entrave ao desenvolvimento do ensino superior. Sem uma dotação orçamental capaz é complicado gerir uma instituição tão complexa como a UC...

Devo ter cuidado ao falar desta questão pois, com muita frequência, uma palavra que diga sobre orçamento é transformada e empolada de tal forma que parece que só falo de questões financeiras. Seja como for, é evidente que nos penaliza a todos saber que este período de grandes reformas no ensino superior foi acompanhado por uma profunda desvalorização no plano financeiro, que se traduz numa diminuição do apoio público em cerca de 30% da percentagem do PIB afectado ao ensino superior, entre 2004 e 2008. Esta situação foi, felizmente, parcialmente corrigida, quer no orçamento de 2009, quer sobretudo no de 2010, quando, logo no início do ano, ainda tive o prazer de concluir, enquanto presidente do CRUP uma aproximação ao governo, que culminou na celebração do Contrato de Confiança. Esse contrato representou um aumento do envolvimento financeiro anual do estado nas instituições de ensino superior da ordem dos 100 milhões de euros, cerca de um terço daquilo que desde 2004 as universidades tinham perdido das mesmas fontes. Tratou-se de uma recuperação parcial, muito aquém do que seria desejável mas, apesar de tudo, representou uma mudança de posição política do governo. Considero, aliás, que esse foi o seu maior mérito.

Ao afirmar que “enquanto o país não investir no ensino superior, não terá recursos para coisa nenhuma”, acredita que a aposta forte na área é algo fundamental e que ajudaria a uma inversão da situação gravosa em que Portugal se encontra mergulhado?

Existe uma correlação muito forte entre a riqueza de um país, medida, por exemplo, em rendimento per capita, e o índice habilitacional médio da população activa. Os países que nos últimos 30 anos mais investiram em educação e cultura são aqueles que ao fim desse período chegam a um patamar em que conseguem proporcionar aos seus cidadãos rendimentos per capita mais elevados. O processo de criação de riqueza está fortemente correlacionado com a capacidade que cada um de nós tem de tomar a decisão profissional certa quando é chamado a fazê-lo. Se cada um de nós, no ambiente profissional em que todos os dias, meses e anos da nossa vida temos que tomar dezenas, centenas ou mesmo milhares de decisões profissionais, pudermos fazer de cada uma delas uma decisão um bocadinho mais bem informada, porque entretanto melhorámos os nossos conhecimentos de gestão, ou de inglês, ou de ciência jurídica ou de informática ou de qualquer outra matéria, o integral de todos esses milhares de decisões faria com certeza a diferença. É este

efeito de retorno que faz da despesa com a educação um investimento. Um bom investimento, rentável como mais nenhum. Mas é um investimento de médio e longo prazo. Investir hoje na educação não vai equilibrar a balança de pagamentos do país depois de amanhã. No entanto, é seguramente o investimento sustentado na educação que vai permitir, a termo, revitalizar a economia e equilibrar a balança de pagamentos, falando apenas no plano da rentabilidade económica. E depois existe a outra dimensão da educação e da cultura: estar bem consigo e com o próximo, compreender o mundo em que vivemos, saber participar no devir da sociedade, ter mais condições para se ser feliz, em plena realização individual e colectiva.

Foi muito crítico no que toca à junção do Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Sente que a acção do ministro Mariano Gago foi sempre mais no sentido da ciência do que na resolução das questões inerentes ao ensino superior?

Em termos de percurso pessoal anterior, Mariano Gago sempre teve mais responsabilidades no campo da Ciência e sempre esteve mais atento às questões da Ciência. Mas, como já referi, a assinatura do Contrato de Confiança, em Janeiro de 2010, consagrou uma viragem iniciada com a preparação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RIIES). Não me pergunte se fez isso propositadamente, se a sua estratégia era tratar primeiro do sistema científico e só depois do sistema de ensino superior. Penso que se foi apercebendo que dificilmente poderia valorizar o primeiro sem se ocupar igualmente do segundo, pois não é possível puxar por áreas de ponta sem que o diagrama de base seja, todo ele, igualmente mobilizado. Quanto à junção das pastas da Ciência e do Ensino Superior, a bondade da opção depende da intensidade da interacção que se consiga potenciar, por via dela, entre os sistemas científico e universitário. E este campo, todos o sabemos, não tem constituído uma grande prioridade do actual Ministério.

Tem defendido a união entre universidades e politécnicos...

Não tenho defendido necessariamente isso. Acredito que há espaço para um tipo de formação universitária e para um tipo de formação politécnica. Assim sendo, é preciso que o país se organize tendo em vista assegurar a coexistência e o desenvolvimento consistente destes dois tipos de ensino. O que pode passar por várias opções. A mais eficiente, embora difícil no plano político, seria, efectivamente, a integração dos politécnicos nas universidades. Uma outra modalidade, mais exequível, seria a criação de entidades a que tenho chamado Regiões Académicas, que seriam responsáveis pela articulação das universidades e dos politécnicos de uma dada área geográfica, pela gestão mais eficiente dos recursos públicos, evitando-se a chamada deriva universitária dos politécnicos e a consequente deriva politécnica das universidades.

Evitaria, por exemplo, a duplicação de cursos...

Evitavam-se esses disparates e muitos mais. O actual sistema promove a concorrência desregulada o que sempre se faz com abaixamento de qualidade. Tenho dado exemplos à sociedade do que acabo de dizer mas, infelizmente, os objectivos de qualidade têm sido sacrificados no altar sagrado dos chamados valores do mercado. Também aqui, ainda não se percebeu que o mercado não resolve tudo e que, por vezes, não resolve nada.

Enquanto presidente de uma estrutura como o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), que agrupa instituições diversificadas, pensa ter conseguido estruturar uma linha de acção que tenha defendido os interesses de todos?

Enquanto presidente do CRUP, todas as minhas tomadas de posição foram precedidas de discussões no Conselho e resultaram de vias de consenso que contribuí para desenvolver. Logo no início, em Abril de 2007, produzimos um texto de consenso bastante completo, resultado de várias reuniões de discussão, intitulado “Carta de Princípios”, uma espécie de documento norteador das nossas posições face às necessidades de reforma do ensino superior em várias áreas: a autonomia, a governação, a regulação do sistema, a avaliação, os estatutos do pessoal docente e não-docente, o financiamento, a racionalização da rede e o ordenamento da oferta educativa. Foi com base nesse documento e de vários outros momentos de reflexão posteriores que intervim activamente no processo de discussão pública do RIIES, do novo ECDU (Estatuto de Carreira Docente Universitária) e de todos os outros documentos legais que deram corpo à reforma e tenho a consciência de que contribuí, penso que de uma forma positiva, para defender as posições das universidades e para introduzir nas leis as posições defendidas pelos reitores. Esta incessante busca de consenso levou a que algumas vezes tenha defendido posições que não eram exactamente as minhas iniciais, mas que resultavam dessa necessidade de chegar a acordo e de encontrar denominadores comuns, face a problemas complexos e a visões muito diversas dos mesmos. Dado que, por lei, o CRUP desenvolve a sua actividade “sem prejuízo da autonomia universitária”, as funções de Presidente do CRUP, encaradas numa perspectiva activa e participante e não meramente representativa, relevam sobretudo da esfera da diplomacia.

Depois de alguns anos de preparação, é no final do seu reitorado que o dossier de candidatura da UC a património mundial foi finalizado, o que permitiu apresentá-lo formalmente ao governo português. Embora o resultado prático desta iniciativa só venha a ser conhecido numa altura em que não será reitor, presumo que se sinta satisfeito, já que se tratou de um processo complexo e moroso...





Foi, de facto, um processo mais longo do que esperava. Mas entendi que, desde que o terminasse antes do final do mandato, o que felizmente veio a acontecer, não havia necessidade de o apressar. A UC vai fazer, dentro de dias 721 anos, e não é um a mais ou a menos na sua consagração como Património da Humanidade que faz qualquer diferença. Fiz questão que o dossier fosse bem preparado e muito consistente, e tenho consciência de que a preparação do processo já é, em si mesma, a concretização de um objectivo, pois permitiu o desenvolvimento de uma certa cultura de respeito pelo património físico e imaterial, além da chamada de atenção para as questões que se prendem como esse património, cujas necessidades devem ser acauteladas nas decisões do quotidiano. E isto são hábitos culturais que se vão adquirindo e consubstanciam modificações de paradigmas culturais que demoram o ser tempo a passar para as práticas do dia-a-dia. Desejo que esta orientação se mantenha no futuro – tenho a convicção profunda de que assim irá ser –, e a expectativa que dentro de um ou dois anos possamos festejar a atribuição dessa classificação à UC. Os sete volumes e as duas mil páginas que compõem o dossier de candidatura representam, aliás, em si mesmo, uma síntese magistral do conhecimento e um repertório único sobre os resultados da investigação científica sobre a História da UC, pelo que, independentemente do objectivo principal, que obviamente espero que seja atingido, já valeu o esforço.

Outra das obras projectadas e lançadas durante o seu reitorado foi o Museu da Ciência (já galardoado com o Prémio Micheletti de melhor museu europeu na categoria de ciência, tecnologia e indústria), cuja conclusão, projectada para 2013, irá transformá-lo num depósito unificador do acervo científico disperso por vários museus universitários e Faculdades. É sem dúvida uma obra fundamental para a preservação da memória e identidade da UC...

A primeira fase foi aberta ao público em Dezembro de 2006, no Laboratório Chimico e temos, neste momento, em preparação, a segunda, que será desenvolvida no Colégio de Jesus. O projecto técnico de arquitectura e engenharia está a ser concluído e está igualmente assinado o contrato de financiamento para a realização dessa obra. Os resultados já alcançados, apesar de corresponderem apenas à chamada Pré-figuração do Museu da Ciência, já permitem perceber as capacidades e potencialidades da Universidade nesta matéria e a bondade da orientação que foi seguida. Quando se visitavam os museus da UC era-se marcado pela dispersão, pela desarticulação, pela desadequação dos meios humanos e materiais, pela falta de capacidade para dar cumprimento aos seus objectivos e à sua missão. E isto, apesar do esforço diário de todos, professores e trabalhadores não-docentes, a quem se fica a dever a abnegação de um trabalho tantas vezes mal reconhecido e a preservação de um património ímpar. Impunham-se, portanto, alterações organizacionais que dessem escala ao projecto e permitissem colocar ao serviço da comunidade o acervo museológico da UC, o mais importante, por vezes único, acervo de museologia científica existente em Portugal. Depois de termos mostrado, com a primeira fase, para dentro que vale a pena, e para fora que somos capazes, a segunda fase vai ser lançada assim que seja possível instalar os Departamentos de Ciências da Terra e de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia, que ainda ocupam parcialmente o edifício do Colégio de Jesus.

Um dos pontos que também tem referido com grande satisfação é a posição de destaque ocupada pelo Instituto Pedro Nunes (IPN), recentemente considerado a melhor incubadora de empresas a nível mundial. É da sua opinião que a ligação da UC ao IPN tem sido fundamental na potenciação de um relacionamento privilegiado entre investigadores e empresários?

Refiro-o com muito orgulho. Neste caso não devemos poupar as palavras, pois dificilmente encontraremos na UC um motivo tão forte de satisfação, como a posição de primeiro lugar mundial numa área tão sensível como é a da transferência e da inovação. O IPN é uma criação da UC, muito embora associando-se a outros parceiros cuja actividade é necessário relevar, mas é a UC que está por detrás e alimenta, no plano científico, a maior parte das actividades do IPN. Com cerca de 20 anos, é uma casa muito jovem, sobretudo na vivacidade das empresas incubadas, num número que já ultrapassou as 150, com uma taxa de sucesso que ultrapassa os 80%, com a criação de um número de postos de trabalho altamente qualificados superior a 1500 e com mais de 70 milhões de euros de facturação anual. Estes níveis de sucesso, que são excepcionais a nível mundial, são tanto mais impressionantes quanto é certo que acontecem numa cidade que viveu ainda há poucos anos em depressão económica, com a falência de dezenas de empresas tradicionais nas últimas décadas do século passado. Coimbra fica a dever a capacidade que demonstrou para inverter essa posição, à estratégia definida pela Universidade no início da década de 1990 e a esta aposta ganha, definitivamente, na criação de riqueza através de actividades de inovação, dos *spin-offs* da Universidade, das empresas incubadas, com base em ideias de professores e de estudantes da UC.

O surgimento da Fundação do Museu da Ciência, para tutelar o grande projecto do Museu da Ciência da UC, assim como o da Fundação Cultural da UC – que agrupa Auditório da Reitoria, Estádio Universitário (EU), Palácio de S. Marcos e Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) – tem como intuito gerir e autonomizar determinadas espaços adjacentes à Universidade. Sentiu que seria essa a melhor forma de conseguir dinamizá-los, diminuindo os encargos directos da UC?

Era necessário conseguir três coisas. Por um lado, defender a UC do que me pareceu ser a política nacional nessa matéria, que passava por uma interpretação demasiado restritiva da missão das universidades. Em segundo lugar procurar uma fórmula organizacional que permitisse continuar a proporcionar aos seus membros o acesso a actividades de natureza cultural e desportiva. Finalmente, não menos

importante, conseguir ter acesso a apoios financeiros específicos, recorrendo nomeadamente a alguns programas dos fundos comunitários, relativamente aos quais as universidades não são instituições elegíveis. Não me conformava com a impotência que foi a de alguns reitores e também a minha, que ao longo de vários anos procuraram apoios, por exemplo, para o TAGV e o EU, num prolongado jogo de ping-pong entre o Ministro das Universidades e as tutelas da cultura e do desporto, dizendo cada um deles que a responsabilidade era do outro. Tenho consciência que estamos ainda longe de ter aproveitado todas as potencialidades que resultam da criação desta estruturas mas, pelo menos no campo da cultura, os apoios a que já tivemos acesso justificam a sua criação.

**Ao contrário de instituições como a Universidade de Aveiro, do Porto e do ISCTE (Lisboa), a UC ainda não se transformou numa fundação. Não acredita nessa via ou, simplesmente, enquanto reitor, nunca achou que tivesse chegado o momento de dar esse salto?**

Trata-se, apenas, de uma questão de avaliação consciente e pragmática das duas hipóteses alternativas e das respectivas vantagens e inconvenientes. Nunca me opus, por princípio, à opção fundacional, apenas considerei e a Assembleia Estatutária acompanhou-me nessa reflexão, que não havia a informação necessária para que pudéssemos tomar uma decisão em consciência. A decisão de avançar para uma fundação é demasiado importante para que possa basear-se em razões de natureza conjuntural. É avisado deixar passar o tempo suficiente para que possam falar as razões profundas e não as meras preferências dos ocasionais protagonistas. Chegará o momento em que, eventualmente, a UC terá que olhar para essa questão. Mas, tal como aconteceu com o processo de Bolonha em Coimbra, demorarmos mais do que os outros não significa estar fora de moda, significa apenas ter o bom-senso de procurar os meios para fazer as coisas bem.

**Falando de decisões, ao olhar para os oito anos como reitor, teria feito alguma coisa de diferente?**

Com certeza que sim [risos]. É impossível que a s milhares de decisões que tomei em oito anos de mandato tenham sido todas igualmente boas. Tenho esperança que, globalmente, a evolução seja considerada positiva. Comparamos a UC de 2003 com a de hoje e percebemos que houve uma enorme evolução em variadíssimos aspectos. A UC alargou imenso a sua oferta educativa, nomeadamente ao nível da pós-graduação, abriu-se a novos públicos, alterou profundamente a composição do seu corpo docente, aproximou-se da sociedade, absorveu o sentido e a necessidade da mudança permanente, consolidou a qualidade das suas actividades de investigação, cujos resultados são agora defendidos no plano da propriedade intelectual e das patentes, rejuvenesceu na idade e no nível habilitacional do seu corpo de trabalhadores não-docente, e está hoje mais capaz de responder aos desafios do futuro.

**Como encara as palavras de quem afirma que, ao longo dos seus mandatos, se destacou mais como o reitor da abertura ao exterior e património e menos da investigação?**

Fico satisfeito que se reconheça o trabalho de abertura à sociedade, sob o lema que constituiu o título do programa de acção para o meu primeiro mandato, “Fazer Univer[sc]idade”, e a atenção que se deu, numa Universidade com 720 anos, à valorização do seu valiosíssimo património. Quanto à outra questão, com o devido respeito, acho que é uma crítica injusta. A investigação é uma área em que a maior responsabilidade não está na reitoria, mas nas unidades orgânicas. Apesar disso, pela primeira vez em Coimbra, houve sempre um vice-reitor com competências delegadas para desenvolver um ambicioso programa de apoio, de incentivo e de valorização da investigação científica que passou, entre outros aspectos, pela articulação interdisciplinar dos vários centros e unidades de investigação avaliados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de uma iniciativa inovadora que foi a criação do Instituto de Investigação Interdisciplinar, entretanto transformado em Escola Doutoral; pelo incentivo à investigação e à formação pós-graduada nos domínios artísticos através da criação do Colégio das Artes; pela criação de duas outras Unidades de investigação, o Tribunal Universitário e o Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde; pela obtenção de financiamento para a instalação condigna de dois dos centros de investigação mais importantes da Universidade, o CNC e o CES, o primeiro no Pólo III e o segundo na Rua da Sofia, dando corpo ao regresso à Baixa; pelo financiamento de bolsas de doutoramento e de programas de investigação.

48

**Muito em breve suceder-lhe-á uma nova pessoa no cargo de reitor. Que UC irá encontrar?**

Encontrará uma universidade que é, hoje, forte e moderna, nos planos da formação, da investigação científica, da transferência e da inovação, da internacionalização. Orgulha-se de receber anualmente cerca de 3000 novos estudantes, de contar mais de 3500 estudantes estrangeiros provenientes de 60 países, de ter preenchido 100% das vagas disponibilizadas no início do ano lectivo, de ser reconhecida como uma casa aberta ao mundo, capaz de responder às solicitações do exterior, a que jamais alguém voltará a chamar torre de marfim. Está mais perto da Univer[sc]idade com que sonhei e que tenho ainda a honra de servir, como Reitor. Competirá a quem me suceda dar novos passos e fazê-la chegar a novos patamares.

**Depois de ter sido reitor da UC, diz não ambicionar qualquer outro cargo. O que se segue, então?**

Não poderá seguir-se nada que me dê tanta honra e prazer como os que tive e tenho, como reitor da UC. O futuro o dirá.







Nuno Cardoso

# O teatro mora aqui

Marta Poiares

Em Nuno Cardoso, tudo é Teatro, no que de mais maiúsculo a palavra tem. Professor de teatro, actor e encenador, iniciou o seu percurso teatral no princípio da década de 1990, integrando o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC): “Vi um cartaz a anunciar o Curso de Iniciação ao Teatro do CITAC no Oásis, um café no largo da Sé Velha, e pensei que era uma boa ideia para projectar a voz”. Nessa altura, estava a frequentar a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (UC), mas cedo tinha percebido que esse não seria o rumo a seguir. A ironia moldou-lhe o destino, e foi numa casa de teatro, na Faculdade de Letras, que teve a certeza do desvio nos planos: “Logo na primeira aula de Introdução ao Direito, no Teatro Paulo Quintela, quando disseram tínhamos de nos comportar como a elite que éramos, tive a nítida noção de que não ia fazer nada de jeito por lá”. O encontro com o CITAC aconteceu apenas no terceiro ano em Coimbra, quando Nuno Cardoso construía o seu próprio curso, indo a aulas avulsas de diversas faculdades, desde Física a Cultura Clássica. Depois de ter visto o cartaz, inscreveu-se e foi o último elemento a ser seleccionado. Como professor teve o encenador Paulo Lisboa, “uma pessoa fantástica que marcou muita gente e, especialmente, a mim”. Antes do CITAC, o teatro não se havia cruzado com Nuno: “Essa foi a minha primeira experiência no teatro. Antes disso, nunca tinha feito nada, a não ser umas brincadeiras com a família na altura das Festas de Sta. Bárbara, na Urgeiriça”. Natural de Canas de Senhorim, diz que Coimbra não lhe deu estudos académicos, mas propiciou-lhe o conforto necessário para poder sonhar: “Coimbra é um fenómeno singular para uma pessoa que vem de fora, porque cria uma espécie de período sabático na nossa

vida, uma idade proto-adulta, em que aparentemente tens a vida nas mãos. Mas só aparentemente”. Coimbra deu-lhe mais do que uma aparente liberdade: deu-lhe o CITAC e a lição de que nada é para sempre: “Nem Coimbra”.

Em 1994, mudou-se para o Porto e fundou, juntamente com outros elementos oriundos do CITAC e sob a influência de Paulo Lisboa, o colectivo Visões Úteis: “Era um conjunto de pessoas que decidiu fazer do teatro o resto da sua vida. Fizemos um manifesto artístico em que pressupunhamos o conceito de obra de arte total, mas basicamente queríamos fazer teatro. Ponto final. Acho que correu bem a qualquer um de nós, independentemente do percurso que cada um teve. O Visões ainda existe, foi uma aposta ganha”. Aí foi responsável pelas encenações de *As Aventuras de João Sem Medo*, a partir da obra homónima de José Gomes Ferreira (1995); *Casa de Mulheres*, de Dacia Maraini (1996); e *Porto Monocromático*, criação colectiva (1997), obra que revê sempre que precisa de voltar a pôr os pés sobre a terra: “Quando quero um banho de humildade, revejo-o para perceber a porcaria que fiz enquanto encenador. Foi uma peça arrogante, mas importante por isso mesmo”.

Depois de sair do Visões Úteis, Nuno Cardoso esteve três meses em casa dos pais, sem fazer nada. Esses momentos, garante, são essenciais: “É o nosso tempo de pousio. Não fazer nada significa ver espectáculos. Ver espectáculos significa perceber que há outros. Quando estás a trabalhar, tudo desaparece”.

Em 1998, foi convidado para gerir o Teatro Carlos Alberto (TeCA), no Porto. Entre 2003 e 2007, passou a assegurar a Direcção Artística do mesmo, nessa altura já integrado na estrutura do Teatro Nacional São





João (TNSJ). Estar do outro lado, no papel de entidade empregadora “foi tranquilo”. “Ao contrário do que as pessoas possam pensar, não é assim tão distante do nosso trabalho artístico, é uma extensão. Estou habituado a “gerir” equipas vastas, enquanto encenador, portanto o facto de exercer um cargo de um órgão da tutela que permite intervir numa cidade, deu-me imenso gozo. O facto de poder recuperar o teatro todo e de o deixar à cidade, ainda mais gozo me deu”.

Antes disso, ainda em 2001, Nuno Cardoso havia já iniciado uma relação de cumplicidade com o Ao Cabo Teatro, enquanto encenador, da qual resultaram os projectos: *Antes dos Lagartos*, de Pedro Eiras (2001), *Purificados*, de Sarah Kane (2002), *Valparaiso*, de Don DeLillo (2002) e *Parasitas*, de Marius Von Mayenburg (2003). Todos estes

projectos, com uma ampla digressão nacional. “Foram 10 anos de muito trabalho. Em 2007, queria encenar mais e queria ter mais espaço para as minhas coisas e, por outro lado, o TNSJ e o TeCA pediam um outro tipo de direcção. A certa altura, fui-me embora. Não me demiti de forma trágica, simplesmente segui outro rumo”. Tendo ganhado alguma velocidade em termos de produção, trabalhou no Teatro Nacional D. Maria: encenou *Ricardo II e R2*, de W. Shakespeare (2007), e *Boneca*, a partir de *Uma Casa de Bonecas*, de Henrik Ibsen (2007). Já em 2008, foi responsável pela encenação de *Platónov*, de Anton Tchekhov, produzido pelo TNSJ.

No papel de encenador, Nuno Cardoso reúne alguma unanimidade à volta do seu trabalho, sendo catalogado, muitas vezes, como *encenador do momento*. Em 2002,

o ensaísta Eduardo Prado Coelho havia adjectivado a encenação de *Purificados* de “magistral”. O elogio, para Nuno, é importante, mas nunca vital: “Seria hipócrita se dissesse que não gosto que as pessoas gostem daquilo que faço, mas acho que isso já foi mais importante... Por outro lado, tenho uma sorte desgraçada, pois devo ser o encenador mais novo de quem as pessoas não se riem à primeira, quando se apresenta um projecto mais ambicioso [risos]”. Em cima do palco, Não se sente maior, mas sim a importância do espectáculo em si: “Somos importantes para a imaginação dos outros, se formos bons. Depois saímos pela porta dos artistas e somos anónimos. E é bom que isso seja assim”. O medo de falhar existe, mas para Nuno, a força do “ensaio e erro” é mais fértil do que bloqueadora: “Tenho medo do dia em que não tiver coragem para falhar. Aí significa que acabei”.

Apesar de abundante, o elogio não lhe toldou a humildade, e no seu percurso, duas peças distintas ajudaram a tal: em 2001, encenou *Oresteia*, no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, com os reclusos. “*Oresteia* não foi uma peça, foi um projecto de um ano. Desde então, nunca mais consegui ter uma visão agradável do que me rodeia”, confessou Nuno Cardoso. “Foi muito duro. Quando vês as entranhas de uma sociedade, saís de lá diferente. Foi isso que a prisão me deu. Ensinou-me a reconhecer a minha hipocrisia, a não me mentir ao espelho”. Já em 2007, paralelamente à encenação do espectáculo *Ricardo II*, no TNDMII, em Lisboa, Nuno Cardoso desenvolveu *R2*, um trabalho com jovens de bairros carenciados do Casal dos Machados, Zambujal e Cova da Moura, alguns dos quais trabalham regularmente com o Grupo de Teatro do Oprimido, na capital: “O *R2* foi fantástico, foi conviver com a realidade deles. Não estive lá como assistente social, estive como encenador. Fui lá fazer aquilo que sei fazer. Permitiu-lhes descobrir o teatro e a magia da representação”.

Nuno Cardoso, que ainda desempenha o papel de professor na Escola Superior de Música, Artes e Espectáculo, no Porto, diz apenas saber criar a partir de si próprio, sublinhando estar sempre a ler teatro. Dessa matéria que os olhos lêem, muitas vezes “sufocante”, surge uma lista infindável de projectos futuros. “Este ano, vou regressar a Shakespeare, com a comédia *Medida por Medida*, vou fazer uma coreografia, *Porto S.Bento*, sobre o metro do Porto e

onde vou misturar textos de teatro, mas também queria fazer *A Morte de Danton*, de Georg Büchner e quero voltar, ainda, a Thomas Bernhard”. Já o regresso a Tchekhov é certo para este ano - depois de *Platónov*, criação de 2008 considerada pelo jornal Público como Melhor Espectáculo do Ano e merecedora de uma Menção Especial da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro, e *A Gaiivota*, que sobrevoou palcos em 2010, segue-se *Três Irmãs*. Na extensa lista figuram ainda o *Desejo Sob os Ulmeiros*, de Eugene O`Neill, uma peça sobre a Bíblia, chamada *Inverno*, em que se centrará nos Profetas Menores, no Apocalipse, no Evangelho segundo S. Lucas e no *Deuteronomio*, *Lorenzaccio*, de Musset; *Shylock*, um monólogo e, ainda, a teima de fazer um musical “com o Flash Gordon como personagem principal” [risos].

Nunca dando um espectáculo por determinado, admite que os espectáculos antigos lhe regressam, de forma constante, à memória. Releva as peças *Um Processo*, a partir de Franz Kafka (1994) e *O Subterrâneo*, de F. Dostoiévski (1995). Das personagens a quem deu carne e osso: Iago em *Otelo*, e Fausto em *Grechten*. Mas o importante, garante, “é que as pessoas tenham saído dessas peças cheias. Procuo momentos que nos façam estar noutros sítios”. Não tendo uma visão nem encantada, nem desencantada das coisas, há, para Nuno Cardoso, alguns hábitos na realidade teatral que não encaixam na sensibilidade do actor/encenador, como por exemplo, o estereótipo do teatro de hora e meia: “Não faço uma peça com hora e meia desde 2006. Achar que uma pessoa tem um *attention span* de hora e meia porque a TV o modificou é escravizar as pessoas. Dizer que temos uma atenção de hora e meia para um dos poucos sítios onde ainda podemos entrar em contacto com uma forma de cosmogonia é idiota. É reduzir-nos à condição animal. A nossa civilização está fundada na nossa capacidade de contar e ouvir histórias”.

É precisamente ao princípio do ser a que Nuno Cardoso, agora com 40 anos, regressa, quando quer retirar uma lição de um caminho teatral já tão pleno e revoltoso: “O que mais gosto de fazer é contar histórias e aquilo que precisamos para ser felizes é fazer uma coisa que nos entusiasme. E eu tenho muito entusiasmo em fazer isto. Sinto-me realizado. A minha vida, assim, é uma história que gosto de viver”, conclui.

# Coisas de Ciência em 1912

António Piedade \*

Era o dia 2 de Abril de 1912. O sorriso sereno de António irradiava a felicidade que partilhava, de mão dada, com o seu avô paterno João. Participavam na comemoração do primeiro aniversário do primeiro Jardim-Escola João de Deus, debruado com árvores centenárias que pareciam ainda ressonantes com a festa da inauguração. Contudo, já tinha decorrido um ano desde que, em Coimbra, se inaugurava o primeiro estabelecimento fixo de educação pré-escolar em Portugal, sucedâneo das Escolas Móveis (estas criadas em 1882 por um conjunto de intelectuais portugueses liderados por Casimiro Freire) segundo o Método de João de Deus.

Enquanto os elementos da Banda Militar da Infantaria 23 se colocavam a preceito na partitura de *A Portuguesa*, hino da República Portuguesa proclamada havia pouco mais de ano e meio, em 1910, os colegas do António e seus familiares aconchegavam-se, sem distinções de classes, géneros e sexos, no amplo jardim, espaço de escola e lugar de todas as estações e pensamentos livres, agora sobrelotado pela multidão festejante.

Como se chamado pelas afinações musicais, o eléctrico com a indicação Jardim-Escola João de Deus passou ao largo, também ele aniversariante, uma vez que circulara todo o ano pela cidade a transportar de manhã e de tarde António e os seus colegas. Recordava as viagens matutinas, demoradas pela ansiedade de chegar ao espaço de dignidade igual entre colegas, mas alegradas pelos cantares com que se uniam em coro de vontades propulso-  
ras. Um sobrolho carregado trouxe-lhe a recorda-

ção dos regressos a casa, ao fim da tarde depois das cinco, em que o choro de quererem ficar para sempre no Jardim-Escola abafava o chiar metálico dos carris até aconchego do lar. Mas, persistente, cada alvorada trazia de novo o eléctrico no trilho do Jardim-Escola, lavado das tristezas vespertinas, confiante do rumo certo a conquistar dia após dia.

Naquele primeiro ano, 80 crianças entre os três e os oito anos, tinham convivido entre o Jardim, o Salão, as Salas de Aula e a Cantina, agrupados consoante a idade, por três secções. A primeira aninhava os mais pequenos com três a cinco anos de idade, 30 na totalidade. Na segunda secção, 26 crianças, de entre cinco a seis anos. O António e restantes 23 colegas com até oito anos de idade constituíam a terceira secção. Naquele primeiro ano, as professoras Guilhermina Pereira d'Eça de Figueiredo, Maria do Céu Rio e Maria Serrão da Veiga tinham guiado a aprendizagem simultaneamente racional, livre e adequada às idades em cada uma das secções.

Em cada dia útil, todos se reuniam pelas nove horas matutinas no Salão, lugar amplo de partilha de conhecimento onde, com disciplina e respeito, se desfaziam as dúvidas e se lavravam os terrenos férteis e genuínos da infância com o inovador Método de João de Deus. Em Janeiro, tinham iniciado as lições de leitura e escrita, seguidas pelas *Lições de Cousas* (por Saffray, traduzido por M. C. Mesquita Portugal, 1895) e trabalhos manuais diversos. Sem esquecer os primeiros seis *Dons de Froebel* o *Cuisenaire*, o Calculador Multi-básico, as



Palhinhas, os *Tangrams*, o Geoplano e os Blocos Lógicos, companheiros inseparáveis, entre outros jogos, da *Arte das Contas* (começada por João de Deus e completada pelo seu discípulo Frederico Caldeira, 1914) com que os números, a álgebra, a geometria e os volumes se aprendiam divertidamente. Assim, prosseguiram a natural e espontânea habilidade em observar a natureza com os sentidos guiados pela curiosidade crítica e formular os porquês cardiais da explicação com as ferramentas do intelecto. Desta forma, fortalecia-se a assimilação do método científico imprescindível, a par com a alfabetização, para uma melhor formação de pessoas úteis à sociedade em transformação.

Afagado pela segurança do saber do avô João, António lembrava-se do seu maravilhamento quando, numa manhã, a professora lhes tinha mostrado como funcionava a máquina a vapor, através de um brinquedo que João de Deus Ramos provavelmente encomendara da casa de material escolar e didáctico francesa *Les Fils D'Émile Deyrolle* (46, Rue du Bac, Paris), e com que todos puderam brincar. Ou daquela outra manhã em que a professora tinha feito “desaparecer” um punhado de sal num vaso com água, para a seguir o fazer “reaparecer” após o ter deixado durante um dia ao Sol no Jardim! A água evaporara-se com o calor do Sol, mas o sal não. E este era o princípio do trabalho nas salinas, explicara-lhes a professora.

Um ramo de folhas bailava ao som do vento e a luz folheada iluminou outra manhã na recordação do António. Aquela em que tinham brincado com um pião de disco pintado radialmente com as cores do arco-íris (disco de Newton). Ao girar, as cores mesclavam-se todas como se de branco estivesse o disco pintado. À medida que o giro desacelerava, imergiam do branco as cores primeiras, para ficarem de novo “puras” quando o pião parava. A professora disse-lhes então que o mesmo acontecia com a luz do Sol: ela era o resultado da sobreposição de luzes de todas as cores visíveis. E ensinou que só as poderiam ver distintas e separadas se cada uma delas abrandasse em proporção diferente em relação às restantes. É isso

que acontece sempre que a luz do Sol atravessa e é refractada e reflectida pelas gotas da chuva, expondo o arco-íris para nosso encanto, ou quando atravessa um prisma de vidro ou cristal como também lhes tinha mostrado a professora, reproduzindo, sem o dizer, a famosa experiência de Newton. Um mar de gente emprestava cor ao Jardim-Escola e avivava com elevado respeito a obra materializada por João de Deus Ramos, após o seu périplo no início do século XX por diversas instituições de ensino pré-escolar por essa Europa fora, mas sintonizado com a pedagogia e didáctica inclusa na Cartilha Maternal que seu pai, o poeta João de Deus, tinha publicado em 1876. Uma toada de felicitações acarinhava toda a gente num assentimento da utilidade da educação infantil como sólida fundadora de uma sociedade com os ideais da República. “A cada novo ideal da humanidade corresponde um novo ponto de vista pedagógico”, tinha escrito João de Barros. E o do João de Deus apropriava-se oportunamente aos da República.

\* Comunicador de Ciência, Investigador do Centro de Física Computacional da Universidade de Coimbra.



# Lugar dos Livros

**Título:** Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]

---

**Autor:** Luís Miguel Correia

---

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra.  
Série *Investigação* [Coimbra 2010]

Portugal é um território marcado pela presença de numerosos castelos. À origem, percepção e desenvolvimento de tais estruturas militares está directamente associada a história política e social do país. Um dos desígnios do livro traduz a vontade de inventariar e compreender o perfil arquitectónico do castelo em Portugal, sendo dedicada particular atenção ao papel do Estado Novo. Foi neste período que, recorrendo a um discurso escorado num determinado passado com o propósito de legitimar valores de um certo presente, a campanha de intervenções realizada nos monumentos nacionais, sob a égide da DGEMN, contribuiu para que hoje a presença do castelo reforce a identidade da paisagem, rural ou urbana.

**Título:** História breve da Música Ocidental

---

**Autor:** José Maria Pedrosa Cardoso

---

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra.  
Coleção *Estado da Arte* [Coimbra 2010]

Gostar de música é normal em todo o ser humano. Shakespeare preveniu contra o perigo dos insensíveis à arte dos sons. Toda a gente cantarola *La donna è mobile* e ninguém fica indiferente ao ouvir o *Hino da Alegria*. Todavia, um mínimo de conhecimentos históricos sobre a origem dos êxitos de Verdi ou sobre o alcance genial *IX Sinfonia* de Beethoven multiplicaria muitas vezes a fruição que a grande música proporciona a todo o homem culto. Este livrinho não substitui o estudo da História da Música, mas, na sua síntese e transparência, será, para os melómanos esclarecidos, instru-

mento de consulta rápida e organização de ideias e, para os curiosos e amadores, um guia fiel e seguro.

**Título:** Lições de Álgebra Linear

---

**Autor:** Teresa Pedroso Lima

---

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra.  
Série *Ensino* [Coimbra 2010]

Com este texto – breve, auto-contido e preferencialmente dirigido a alunos que frequentem o 1.º Ciclo em Economia ou Gestão – não pretendemos publicar outro (mais um...) manual de Álgebra Linear, mas sim criar um instrumento de apoio para cursos que vissem iniciar os estudantes no estudo desta disciplina.

**Título:** Simmel. A Estética e a Cidade

---

**Organização e Introdução:** Carlos Fortuna

---

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra.  
Coleção *Olhares* [Coimbra 2010]

Os três ensaios de Georg Simmel que aqui se publicam (com tradução de António Sousa Ribeiro) dedicam-se a outras tantas cidades históricas italianas – Roma, Florença e Veneza – e constituem preciosas reflexões filosóficas e culturais sobre a arte, a estética e a sua relação com a cidade. Escritos no dealbar do século XX, os textos de Simmel trazem à nossa reflexão a cidade como objecto estético.

**Título:** História da Unificação Europeia

---

**Autor:** A. Martins da Silva

---

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra.  
Série *Ensino* [Coimbra 2010]

Apesar das projecções pessimistas sobre a presente crise e da ambiência nevoenta que ensombra expectativas criadas

pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa, nada disto é novo nem certamente mais grave que outras circunstâncias depressivas ou de bloqueio e de abulia na história comunitária. Mais de meio século de integração ensina-nos isto mesmo: esforços que não resultaram agora, pequenos passos cumulativos bem sucedidos mais adiante, grandes realizações à distância, numa trama complexa onde tudo se combina, articula e transborda num crescendo dinâmico que configura este original *modus faciendi* das relações internacionais, inventor da Europa hodierna. A história da construção europeia mostra-nos que não existiram retrocessos até hoje; nem é credível que possam ocorrer em aspectos importantes no progresso da unidade e da integração já realizados.

**Título:** Religião e Diálogo Inter-Religioso

**Autor:** Anselmo Borges

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra.

Colecção *Estado da Arte* [Coimbra 2010]

Há quem anuncie o fim da religião. Outros, porém, constatarem o seu regresso. Mas o que é a religião? De onde provém? Pode-se ser religioso e ateu ao mesmo tempo? Por que há muitas religiões? A religião está vinculada à violência? Qual o lugar da religião na escola pública? Este livro responde a estas e a outras questões. Na primeira parte, percorre o caminho para uma definição de religião. Na segunda, estuda as condições de possibilidade para o diálogo entre as religiões. Uma síntese rigorosa e acessível sobre uma temática candente.

**Título:** Peregrinações. Quadros inspirados em

*Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto

Adaptação e reescrita dos quadros: João Maria André

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra e Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

Colecção *Dramaturgo* [Coimbra 2010]

*Peregrinações* é um roteiro dramatúrgico pela *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Escrito para uma intervenção teatral, num percurso pelas ruas e praças de Montemor-o-Velho, apresenta, em oito quadros, diversas paisagens inspiradas pelo livro, a vida e a época de Fernão Mendes,

misturando história com imaginação, sem a preocupação de um apego escrupuloso à verdade histórica e à cronologia dos acontecimentos, mas procurando não trair a obra que lhe serve de ponto de partida.

**Título:** História Breve da Pintura Ocidental

**Autor:** Fernando Montesinos

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra.

Colecção *Estado da Arte* [Coimbra 2010]

Este livro é dedicado à história da pintura europeia entre o início do século XIV e o século XIX, centrando a atenção num conjunto de grandes mestres cujas obras definiram a personalidade e o caminho da criação artística dessas centúrias. A sua estrutura em formato de bolso, bem como a especial ênfase concedida aos artistas e obras de referência que propiciaram a mudança de rumo ou a quebra de ritmo no evoluir da história da pintura, confere a esta publicação a tão apreciada visão panorâmica.

**Título:** Portugal-Alemanha: Memórias e Imaginários.

Segundo volume: Séculos XIX e XX

**Autores:** Vários

**Coordenadora:** Maria Manuela Gouveia Delille

**Edição:** MinervaCoimbra e Centro de Investigação em Estudos Germanísticos, Colecção *Minerva/CIEG*, 17 [Coimbra 2010]

Resultante de um ciclo de conferências proferidas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 2003 e 2008, no âmbito do projecto de investigação “Relações Literárias e Culturais Luso-Alemãs. Estudos de Recepção e de Hermenêutica Intercultural” (coord.: Maria Manuela Gouveia Delille) do CIEG, este segundo volume da antologia *Portugal-Alemanha*, abrangendo os séculos XIX e XX, reúne 16 textos de carácter historiográfico, histórico-literário e/ou hermenêutico, dos seguintes autores: Maria Antónia Gaspar Teixeira, Rogério Paulo Madeira, Alfred Opitz, Maria Manuela Gouveia Delille, Marion Ehrhardt, Rolf Nagel, Teresa Martins de Oliveira, Maria Teresa Cortez, Winfried Kreutzer, Maria António Hörster, Orlando Grossegeisse, Mário Matos, Maria Teresa Delgado Mingocho, Helmut Siepmann, Ana Maria Pinhão Ramalheira e Clara Guimarães Ervedosa.



# Espaço das Escolas



# Ser contemporâneo no Colégio das Artes

Jorge Figueira \*

Em *O que é o contemporâneo?*, Giorgio Agamben define o contemporâneo como uma condição que admite uma necessária “discronia”, uma “não-coincidência”, com a actualidade. Nesse caso, ser contemporâneo não significa uma milimétrica pertença – que será sempre ilusória, obviamente – ao que está a dar. Nem se confunde com o deslumbramento obediente ao último grito. “A contemporaneidade”, escreve Agamben, é “uma relação singular com o nosso próprio tempo, que a ele adere e dele se distancia em simultâneo.”

O Colégio das Artes, na Alta de Coimbra, onde no final dos anos 1980 se instalou o Departamento de Arquitectura da FCTUC, permite-nos experimentar esta noção de contemporaneidade. Usando quotidianamente o seu espaço somos antigos e modernos; ou clássicos, distanciados, e, no entanto, próximos da realidade que aí se projecta habitualmente. Podemos sentir aquilo que Agamben escreve: “Aquele que pertence de veras ao seu tempo, que é de veras contemporâneo é alguém que não coincide perfeitamente com ele nem se adapta às suas exigências e é por isso, nesse sentido, inactual; mas, precisamente por isso, precisamente através do seu distanciamento e do seu anacronismo, é capaz de perceber e captar o seu tempo melhor do que outros”.

Esta ideia é especialmente pertinente quando tudo parece mudar para lá do nosso alcance. Mas o que eu quero dizer é que o Colégio das Artes

é em si mesmo uma figuração do contemporâneo: uma estrutura anacrónica que é *futurante*, para roubar a expressão a Eduardo Lourenço. Na história escrita no espaço e nas paredes, na antiguidade tipológica e estilística em usufruto moderno, na versatilidade para diversos usos e acções, encontramos, em potência, uma particular contemporaneidade.

Também por isso, o estado provisório e precário do Colégio das Artes é especialmente penoso. As intervenções episódicas a que tem sido sujeito, por mais bem intencionadas que sejam, não captam necessariamente a contemporaneidade que lhe está latente. Apenas remediam o presente; reforçam o carácter de uma permanente instalação provisória; adiam a experiência do edifício como plenamente contemporânea.

Uma intervenção de fundo poderia transformar este potencial em algo efectivo, em algo estrategicamente desejado. Um Colégio das Artes redescoberto em todas as suas qualidades – históricas, espaciais, estruturais – reveladas com a necessária delicadeza, seria uma peça central na afirmação contemporânea da Universidade de Coimbra.

Como é que chegámos aqui?

É sabido que o Colégio das Artes é um dos edifícios sobreviventes da intervenção do Estado Novo na Alta de Coimbra, nos anos 1940/50. A sua história e contingências foram oportunamente levantadas por Rui Lobo, entre estudos de outros investigadores, desde o lançamento da primeira











pedra em 1568, passando pelas suas vicissitudes como núcleo dos Hospitais da Universidade de Coimbra, a partir de 1853. A escala monumental, no conjunto da “acrópole”, permitiu-lhe resistir à tabula rasa do Estado Novo. No entanto, o carácter austero e “racionalista” das suas fachadas e composição planimétrica destaca-o de edifícios mais enfaticamente patrimoniais. Apesar do pátio-claustral tem um carácter essencialmente civil. A largueza da estrutura quadrangular abre o espaço, elimina intimismo ou qualquer penumbra de origem conventual.

Esta racionalidade talvez explique o relativo desinteresse a que é votado face a outros edifícios da Alta. Mas é o que tem permitido a adaptação a várias funcionalidades e a integração de acrescentos e modificações, sem danos estruturais.

De facto, visto no contexto da intervenção da Cidade Universitária, o Colégio das Artes é um edifício de uma grande modernidade. Não é revivalista porque ainda está vivo. Onde o “Eixo Monumental” fantasia um tempo histórico, o Colégio das Artes tem inscrito o tempo passado. Se os edifícios da Cidade Universitária surgem como monolíticos e encerrados, para lá da maior ou menor dureza de desenho, o Colégio das Artes é espectral, disponível, aberto para dentro. Mesmo alterado, e negligenciado, é a “coisa verdadeira”. É mais antigo e mais moderno do que a avassaladora edificação dos anos 1940/50. É mais “contemporâneo”, para voltar ao início do texto. No entanto, não parece exagero dizer que o Colégio das Artes tem sido minorizado no dispositivo de requalificação da Alta de Coimbra. A experiência actual de pequena e média reparação, embora reconforte e tenha vindo a ser feita de modo sensato, não respeita o gesto integral do edifício nem permite destapar o seu rosto contemporâneo.

Ora, uma das mais instigantes performances da arquitectura contemporânea, nomeadamente da portuguesa, tem sido a intervenção em edifícios de valor patrimonial. Podia dar muitos exem-

plos; em qualquer deles é extraordinário o balanço entre o respeito às lógicas preexistentes e a introdução de uma sensibilidade e gosto actuais. A delicadeza, afinal, de que os arquitectos também são capazes.

Talvez quase de modo surrealista tendemos a ver os edifícios como seres vivos, amados ou negligenciados, delicados ou desistentes. O Colégio das Artes funciona em intervalo, hospitalizado ou em recuperação conforme a sorte dos dias vai ditando. Uma intervenção pensada integralmente, mesmo que de eventual carácter pontual, significaria uma homenagem à sua história – ou à sua vida, se se preferir. Para um uso variado, multiplicado: espaços de trabalho oficial; espaços expositivos; estúdios e laboratórios arquitectura + arte; auditórios para conferências e performances; pátio para espectáculos e para as suas consequências. Um programa para um edifício que reintroduziria o quotidiano e a vida que a intervenção do Estado Novo expulsou para a periferia da Alta.

No seu estado actual, o Colégio das Artes é uma ilha, virada para dentro. A instalação do Departamento de Arquitectura, como curso novo e “estranho”, teve o mérito de lhe reforçar esse estatuto poético. Mas talvez também o demérito de lhe selar, até agora, o destino de edifício em declínio: residual, periférico.

O Colégio das Artes é assim como Portugal no seio da Europa; ligeiramente falido; razoavelmente lírico; à espera de ser descoberto; de uma grande, potencial, contemporaneidade.

#### Referências bibliográficas:

Giorgio Gamben, *Nudez, Relógio D'Água*, 2010

Rui Lobo, *Os Colégios de Jesus, das Artes e de*

*S. Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano*. eIdIarq, Edições do Departamento de

Arquitectura da FCTUC, Coimbra, 1999.

\* Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.









Temas

Reinventar a  
Cidade

# Reinventar a Cidade

José António Bandeirinha \*

O tema escolhido para a XIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC), *Reinventar a Cidade*, congrega um conjunto de motivações que se podem alinhar segundo duas escalas de aproximação.

Uma delas encara a questão da cidade num sentido mais global, propõe-se entendê-la enquanto entidade que, no quadro de determinados parâmetros, se insinua como alternativa sólida, credível e realista, ao tão glosado fenómeno do crescimento difuso. Apesar dos novos determinismos metropolitanos, muito *up to date*, ousa pensar a sua subsistência enquanto entidade ontologicamente reconhecível, que se inscreve numa matriz de continuidade histórica, uma entidade à qual continuamos, e continuaremos, a chamar cidade. Os modelos a partir dos quais podemos reconhecer essa entidade são globais, embora devam ser salientados aqueles que se identificam segundo uma matriz de localização geográfica centrada na bacia do Mediterrâneo, com especial incidência na Europa do Sul. Há, contudo, por toda a Europa, provas incontestáveis de subsistência, e de florescimento, de cidades de média dimensão, que não se inscrevem em vórtices de absorção metropolitana e que se inserem em redes de articulação, quer com as suas regiões de influência, quer com outros pólos urbanos congéneres. Não seria possível enumerá-las, nem será necessário citá-las. É, isso sim, possível visitá-las, reconhecê-las e identificá-las a partir das suas especificidades culturais. É possível circunscrever os seus limites, fruir a vida dos espaços públicos, potenciada por consideráveis índices de densidade populacional. São mais fáceis de manter e mais baratas de infraestruturar que o espaço peri-urbano difuso. Por isso, e pela qualidade de vida urbana, insinuem-se como uma incontestável alternativa à metropolização global.

A primeira dessas ordens de escala propõe, portanto, afirmar a cidade como uma possibilidade, como uma opção operativa. Françoise Choay considera que o *urbano*, modelo cultural hegemónico, se desvinculou da ideia de espaço que lhe estava associada e alastrou por todo o território, provocando a *morte* da cidade<sup>1</sup>. Por muito sedutora que seja a ideia, é também inevitável a constatação de uma realidade dinâmica e futurante, através da qual um elevado número de cidades de média dimensão sobrevive e floresce, sem serem absorvidas pela voracidade metropolitana e sem se insinuarem elas próprias como pólos expansionistas. Para isso, muito contribuem medidas políticas concertadas, quer de carácter nacional, quer de carácter local, que fixam e clarificam autonomias e influências de capitalidade territorial e administrativa, medidas que ajudam a sobrevivência da centralidade urbana, face à utilização indistinta do território metropolitano periférico.

Já a segunda ordem de escalas diz respeito a uma cidade concreta, a esta cidade de Coimbra e, sobretudo, à condição suprema que possui para se afirmar como corolário real das convicções inerentes à primeira ordem de escalas. A vocação de Coimbra radica num modelo muito próximo dos acima referidos. A única cidade, fora das áreas de influência metropolitana, com mais de cem mil habitantes, suficientemente afastada dos pólos metropolitanos para gerar dinâmicas específicas de centralidade, suficientemente central relativamente à região que a envolve para dinamizar uma rede urbana regional, articulada e alternativa.

A tendência da política territorial, evidenciada através das prioridades no investimento público, não é, contudo, essa.

A partir do fim da década de 1970, logo que a democracia formal, ainda titubeante, começou a mostrar laivos





esparcos de intencionalidade para uma política do território, ficou muito claro que as opções não passavam pela articulação de uma rede urbana equilibrada, mas pela dinamização exclusiva dos dois pólos metropolitanos emergentes. A rejeição dos instrumentos de planeamento que seguiam aquela via, a prioridade absoluta às comunicações entre as metrópoles, em detrimento de uma rede viária de articulação entre as cidades, e o incentivo à concentração administrativa na capital são apenas alguns dos indicadores dessa intenção que se foi agudizando com o tempo, até cristalizar em estatuto, consuetudinariamente assumido por toda a gente que tem poder de decisão.

67

A proposta que fazemos para a XIII Semana Cultural da UC constitui, pois, um desafio à cidade. Vamos, uma vez mais, pensá-la, avaliá-la, reinventá-la, de dentro para fora. Não perdemos nunca de vista os modelos externos mais motivadores, para o melhor e para o pior, analisá-los-emos à luz da razão e no fulgor da emoção, aprenderemos com eles. Mas vamos, sobretudo, *Reinventar a cidade*. ESTA CIDADE!

1 - Françoise Choay, “*Le règne de l’urbain et la mort de la ville*”: *Pour une Anthropologie de l’Espace*, Éditions du Seuil, 2006, pp. 165-198

\* Pró-reitor para a Cultura da Universidade de Coimbra

# Um novo vazio urbano?

Carlos Fortuna \*

Chegados aqui – aos inícios do séc. XXI – não surpreende ninguém afirmar que as cidades são um factor essencial do desenvolvimento das sociedades. Não foi sempre esse o entendimento e, mesmo hoje, quando é incontestável o seu lugar como motor da transformação social e cultural, a visão da cidade enquanto símbolo de desenvolvimento e modernidade continua a ser objecto de interrogações e debate.

Um dos questionamentos elementares é o de saber de que modo a cidade moderna, sendo uma “criação” da industrialização, continua a ser determinante em tempos de desindustrialização. No plano da discussão internacional encontramos duas respostas: por um lado, a resposta optimista sustenta que a viragem para a nova economia pós-industrial implica a reconfiguração dos mecanismos de poder e controle dos negócios que se encontram hoje concentrados nas *cidades globais*, dotadas de um poder que transcende a soberania decisória dos estados-nação. Ao lado desta “re-actualização” das antigas cidades-estado, encontra-se a resposta pessimista sobre o papel da cidade na era da desindustrialização. Trata-se da presença das chamadas *cidades ordinárias* que tipificam várias metrópoles africanas e asiáticas, com crescimento descontrolado, organicamente desestruturadas, de extrema desigualdade social e abertas a todo o tipo de violência.

São estas configurações extremadas de cidade que respondem à evolução desigual da economia mundo industrial das últimas décadas. Num caso, estão as cidades que terão conseguido suplantar as limitações da economia industrial mundial e singram ao sabor do controle do negócio das TICs e da economia financeira e de casino. No outro, encontram-se as cidades e metrópoles pós-coloniais que põem a nu os efeitos da sua longa inserção marginal naquele modelo e parecem destinadas sem remédio ao lado mais negro da história urbana contemporânea.

Algures entre estes dois pólos encontra-se uma variedade imensa de cidades. Certamente, todas as 156 cidades portuguesas. Todas pequenas, mesmo que inseridas em “áreas metropolitanas”. Sobre elas as interrogações são numerosas e questionam, evidentemente, o seu futuro. O país é daqueles de industrialização tardia e (semi) periférica e as suas cidades enfrentam, por isso, problemas para os quais necessitamos de referentes técnica e cientificamente adequados que não os das situações limite já apontadas. Na verdade, os quadros interpretativos das ciências sociais disponíveis para ler a cidade contemporânea são subsidiários dos produzidos tanto para as cidades *globais* (grandes e poderosas) como para as cidades *ordinárias* (grandes e com crescimento descontrolado) e recobrem mal, por isso, as possibilidades de análise dos desafios futuros deste mundo urbano em que se incluem as cidades portuguesas, muito em particular as pequenas cidades do interior. Uma reconceptualização ajustada à sua dimensão e à natureza dos processos sociais que impendem sobre estas cidades e o seu futuro poderá ser a interpelação que as equacione a partir destes dois traços: são cidades de escala *pequena* e encontram-se em *necessão*.

## A cidade pequena

Na primeira linha de reflexão deparamo-nos com a exiguidade de estudos dedicados às cidades portuguesas e em particular às de escala mais limitada. Não se trata de uma ausência especificamente nacional, pois noutras

paragens também os estudiosos se estão a interrogar sobre o significado sócio-cultural destas cidades. Entre nós, a regra é a de estudar o que está próximo e, portanto, a reflexão tende a incidir sobre as cidades que albergam universidades ou gabinetes de investigação vocacionados para a questão urbana. É preciso acautelar os efeitos de uma tal provincialização intelectual que risca caucionar estereótipos como o que agrega à pequenez da cidade também uma reflexão “limitada”.

Embora escasseiem os estudos sobre a dinâmica urbana nas cidades pequenas e do interior, é possível admitir alguns traços socioculturais importantes do seu contributo para a modernização da sociedade. Um deles é serem cidades com escalas de desigualdade social menos acentuadas que as metrópoles. Outro é constituírem o patamar de socialização dos jovens da região com a vida urbana, designadamente a sua iniciação nos territórios da convivência com “outros”, do consumo, da cultura e do conhecimento. Isto revela a vinculação particular destas cidades de interior à proximidade geográfica mas também temporal do mundo rural. Tal como na cidade que recebeu o Marcovaldo de Italo Calvino, estas cidades de interior constituem-se em plataforma societária que exercita competências sociais para a urbanidade. Conservam (ainda) um forte espírito de lugar e de orgulho local que esvanece em aglomerados urbanos e suburbanos mais amplos, de muito mais acentuada mobilidade de pessoas, ideias e mercadorias.

Este espírito de lugar está associado à importância que o “centro” (praça ou largo) tem como microterritorialidade fundamental para as pequenas cidades e actue como quase único espaço público. Programas para a sua reabilitação/revitalização são ensaiados sucessivamente, em associação com experiências urbanísticas que pouco mais são que estratégias de marketing local. São tentativas de resposta à equação local-global ao procurar inscrever estas cidades na memória futura da globalização. É assim que se compreende a receptividade local à retórica ainda sonante da “cidade criativa”, ou ao recurso à turistificação dos lugares e à museologização dos patrimónios e memórias. Estas são marcas cujo impacte efectivo desconhecemos e, logo portanto, ignoramos o efeito que terão como solução sustentada para o futuro incerto das pequenas cidades portuguesas.

### **A cidade recessiva**

Tal incerteza amplia-se ao olharmos para a recessão socioeconómica que as cidades portuguesas enfrentam, em particular as mais pequenas cidades do interior. Em alguns casos, esta retracção deve-se à desindustrialização do tecido produtivo, noutros à desruralização dos campos, noutros ainda à perda das suas funções administrativas e à sempre renovada sangria migratória. A cidade recessiva expõe-se através da sua demografia urbana depri-mida e os efeitos daí derivados: acentuado envelhecimento, ausência de soluções de emprego e rarefação de jovens, mas também dos contextos, espaços e equipamentos para jovens. A população activa retrai-se e, perante a resignação da população sénior e o desencanto dos adultos, são os mais jovens e de maior mobilidade que buscam outras paragens e outras soluções de vida.

As tentativas para contrariar este cenário passaram pela rede nacional de universidades e politécnicos com que, entre outros objectivos, se pretendeu responder à diáspora juvenil do interior, mas cujo impacte nas economias locais, todavia, continua por avaliar de modo sério. Outras alternativas encontram-se nas declarações e projectos de tornar turisticamente atractiva a cidade e os seus recursos patrimoniais. Na década de 1990, praticamente todas as cidades portuguesas e os seus dirigentes vincaram repetidamente esse desígnio, mas os resultados são tão limitados como desiguais. São vários os casos de cidades que se aventuram na alternativa cultural, sendo impressionante o número de museus locais que registamos, de cariz etnográfico na sua grande maioria. Outras vezes, alimenta-se a via do simulacro quasi-urbano da cultura dos festivais. Temos certamente das mais altas densidades de cidades “capitais” (da cultura, da chanfana, do móvel, da ginástica, etc.). Situações há em que a resposta tem passado pela melhoria das infraestruturas e das redes viárias. Com as novas vias de acesso, muitas das nossas cidades cresceram para fora de si mesmas, acabando por reforçar a sua própria suburbanização – ou





*suburbanização* se se preferir – com a multiplicação da construção e dos condomínios – cumpridos os PDMs contaríamos com habitação para 40 milhões –, dos espaços de comércio e dos projectos incertos de parques tecnológicos e industriais. Todos eles projectam uma desconfortável imagem de excesso e desequilíbrio: ao investimento na periferia corresponde um cenário de edifícios devolutos no centro das cidades, de instalações industriais e logísticas abandonadas e de espaços sociais obsoletos.

Há quem advogue – na sociologia do risco essa é uma atitude frequente – que o risco e a calamidade trazem no seu bojo uma oportunidade de renovação. Mais prosaicamente há os conhecidos defensores da lógica da “destruição criadora”, um slogan que Schumpeter usou para caracterizar a evolução do capitalismo que se renova sobre os escombros que provoca. Porventura, haverá quem veja nesta narrativa sobre as pequenas e recessivas



idades portuguesas de interior, um processo positivo, capaz de regeneração e criador de modelos alternativos de qualidade de vida urbana. Não consigo ser tão otimista, mas reconheço que é sobre esta hipótese que temos de trabalhar, enquanto procuramos novos modos de equacionar o futuro urbano nacional. A alternativa é deprimente e faz recear que, após o retraimento da indústria, a desruralização do interior e a desvitalização administrativa destas cidades recessivas se possa estar a forjar a paisagem de um interior urbano devoluto, um território vazio que, como tal, desafie os interesses expansionistas dos mais ricos e poderosos. A que criação se entregará a nova economia capitalista, por sobre as cidades recessivas de hoje?

# Pode Coimbra reinventar-se?

Nuno Grande \*

No mundo contemporâneo, as cidades afirmam-se como protagonistas incontornáveis da geo-política global. Hoje, a imagem de um país, da sua população, da sua economia, da sua cultura, reflecte-se, mais do que nunca, no modo como se projectam as suas cidades, como se vivem os seus espaços públicos, como se programam os seus equipamentos colectivos. Após um longo período de afirmação produtivista, em que o urbano se confundia com o próprio processo de urbanização – sobretudo na esteira da expansão habitacional do II pós-guerra –, assistimos, nas últimas décadas, à afirmação de uma outra condição – dita “pós-moderna” ou “pós-industrial” –, em que a urbanidade passou a identificar-se com as relações imateriais em face: primeiro, das redes financeiras geradas pela globalização dos mercados; depois, das redes sociais e culturais geradas pelas novas tecnologias e pelo aumento das mobilidades transnacionais.

Se no início dos anos 1990, o discurso dominante enaltecia a importância das “cidades globais” – para retomar a famosa obra da socióloga Saskia Sassen –, eis-nos agora a fechar a década das “cidades criativas”, tomando emprestado o epíteto anunciado pelo *urban adviser* Charles Landry, no seu livro de 2000. Apesar dos equívocos que o conceito de “indústria criativa” vem gerando na retórica urbanística – prometendo uma ilusória retoma pós-industrial, capaz de inverter a obsolescência do tecido produtivo precedente –, a verdade é que a criatividade tornou-se numa “matéria-prima” que pode ajudar a recolocar as pequenas e médias cidades europeias (e não apenas as “globais”), nos mapas competitivos dessa nova geo-política.

Convém, no entanto, afirmar que nenhuma cidade se torna “criativa” por decreto; ou essa criatividade existe, disseminada no tecido social e cultural autóctone, ou será certamente impossível “incubá-la” de modo laboratorial, como anunciam muitas administrações municipais, um pouco por toda a Europa e, particularmente, em Portugal. A criatividade, tal como a boémia urbana, à qual esteve sempre ligada, move-se de forma espontânea, informal e difusa, sendo passível de se organizar numa lógica *bottom-up*, se houver uma política urbana capaz de reinventar a cidade, articulando as suas instituições e os seus criadores.

Repare-se, por exemplo, em Barcelona, cidade que, ao longo das últimas duas décadas, procurou reposicionar-se estrategicamente, com base em sucessivos eventos lúdicos, desportivos e culturais – Olimpíadas, Fóruns, Bienais, Exposições –, partindo, quase sempre, de decisões políticas *top-down*. A organização desses eventos lançou diferentes ciclos de reestruturação urbana, com clara repercussão no corpo físico da cidade, mas só teve uma real adesão social, quando soube conjugar-se com a comunidade criativa enraizada; sem ela, Barcelona correria o risco de se tornar, apenas, num bem sucedido “parque temático” para o turismo urbano massificado.

Vem esta reflexão a propósito da proposta lançada pela Universidade de Coimbra para a sua Semana Cultural de 2011: precisamente a de “Reinventar a Cidade” possibilitando a redescoberta do seu tecido criativo, dentro e fora do espaço universitário. Eis uma oportunidade rara, que visa alertar para o potencial cultural aqui radicado, ainda que tantas vezes desaproveitado, tantas vezes desarticulado, tantas vezes (auto)depreciado. As respostas ao desafio são promissoras, envolvendo instituições académicas, culturais e colectivos locais, que, apresentando-se com produções próprias, numa lógica *bottom-up*, asseguram uma programação diária de eventos. A estas propostas acresce o contributo especial da Escola da Noite, instituição prestigiada da cidade que se propõe debater o “estado da arte” da criação cultural autóctone, apostando numa “rede” de produções pontuais em diferentes espaços e abrangendo diferentes disciplinas.





Em Março de 2011, Coimbra pode assim transformar-se num palco de cruzamentos, entre o debate e o espectáculo, entre a exposição e o concerto, entre a festa e a conferência, contando, para isso, com os seus equipamentos culturais em actividade, aos quais se juntam, agora, outros espaços recentemente requalificados – o Museu Nacional de Machado de Castro, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha ou a Casa das Caldeiras.

Coimbra estará, deste modo, a afirmar a qualidade dos seus equipamentos dedicados, quer à memória, quer ao futuro da criação cultural. Muitos deles resultam de uma cuidada intervenção física por parte de um escola de arquitectos e professores do Departamento de Arquitectura, o qual, ao longo das últimas duas décadas, vem ajudando a projectar a cidade para além da vetusta acrópole da Alta Universitária. Neste contexto, a arquitectura não deixará de ter uma presença assinalável na próxima Semana Cultural, aproveitando a desejada articulação disciplinar e espacial com o novo Colégio das Artes.

Coimbra foi Capital do Teatro na década de 1990, organizou uma Capital Nacional da Cultura em 2003, submeteu a candidatura da sua Universidade à classificação de Património da Humanidade pela UNESCO, em 2010, e tem hoje potencial – já o afirmamos noutras instâncias – para ser a próxima cidade portuguesa a reivindicar o estatuto de Capital Europeia da Cultura. Neste sentido, pode Coimbra “reinventar-se”? Deve-o, para que, depois de todas as razões e de todas as desculpas, não se (auto)exclua, uma vez mais, da história do futuro.

*Milhares de estudantes formados pela Universidade de Coimbra, espalhados pelo País e pelo Mundo, nas mais diversas áreas da sociedade, reunidos agora na mesma Rede.*

Visite-nos em [www.uc.pt/antigos-estudantes](http://www.uc.pt/antigos-estudantes)

## Rede UC

Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra  
Divisão de Identidade, Imagem e Comunicação  
Universidade de Coimbra  
Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra  
[antigos-estudantes@uc.pt](mailto:antigos-estudantes@uc.pt)

A/C Eng. Isabel Gomes • Tlf: +351 239 857 018

REDE  
UC  
REDE DE ANTIGOS ESTUDANTES  
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

[www.coimbraeditora.pt](http://www.coimbraeditora.pt)



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

LIVRARIA FERREIRA BORGES  
Rua Ferreira Borges, 77  
Coimbra

LIVRARIA AAC-COIMBRA  
Rua Padre António Vieira  
Edifício AAC  
Coimbra

LIVRARIA CHIADO-LISBOA  
Rua Nova do Almada, 90  
Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA - LISBOA  
Centro Comercial Arco-Iris  
Av. João Dinis, 6 A  
Lisboa

LIVRARIA FDL - LISBOA  
Faculdade de Direito da  
Universidade de Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA DO PORTO  
Rua Cândido dos Reis, 81  
Porto

LIVRARIA FDP - PORTO  
Faculdade de Direito da Universidade do Porto

ALMEDINA

70

ACTUAL EDITORA

# De Especialistas para Especialistas

ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (4 números)\*: Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 25€ • Outros: 30€ • Avulso (cada número): 7€(IVA incluído) • Números Anteriores: 7€

Ao assinar a Rua Larga através das Tipologias Adicionais de Relacionamento com a Universidade de Coimbra, para além dos quatro números da revista pode também ter acesso a uma série de benefícios e descontos que a Rede UC lhe proporciona:

**T2:** Esta Tipologia possibilita aos seus aderentes apoio em áreas diversas, tais como na obtenção de contactos no seio da Rede UC, no recrutamento, ou no acesso a formação pós-graduada. 35€/ano

**T3:** Permitindo uma maior proximidade no relacionamento com a Universidade de Coimbra, a esta Tipologia acresce a possibilidade de participação directa nas iniciativas oficiais da Universidade, e de apoio personalizado ao estabelecimento de parcerias e colaborações. 60€/ano

Assinaturas através da Rede UC [www.uc.pt/antigos-estudantes](http://www.uc.pt/antigos-estudantes), ou pela Internet em [www.uc.pt/rualarga](http://www.uc.pt/rualarga).

Os preços incluem IVA, e portes de correio nacionais.

\* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

## NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:

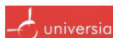


**Parceiro:** As entidades Parceiras ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.

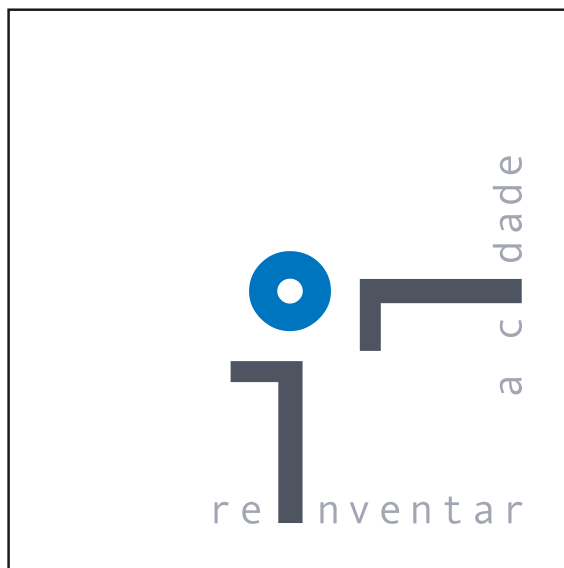


**Aliado:** As entidades Aliadas assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

Mais informações em [www.uc.pt/gats](http://www.uc.pt/gats)







# REINVENTAR A CIDADE

XIII SEMANA CULTURAL DA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

721 ANOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
1 A 6 DE MARÇO DE 2011

ARTES PLÁSTICAS | CINEMA | COLÓQUIOS | DANÇA | DESPORTO  
DIA ABERTO | EXPOSIÇÕES | MÚSICA | TEATRO | WORKSHOPS

[www.uc.pt/cultura](http://www.uc.pt/cultura)

PATROCÍNIOS

BANCO SANTANDER-TOTTA

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - 900 ANOS DE COIMBRA

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

APOIO NA DIVULGAÇÃO

RUC | DIÁRIO "AS BEIRAS" | DIÁRIO DE COIMBRA

